



Revista **Agriculturas**  
experiências em agroecologia

Das práticas às

# políticas públicas



# Das práticas sociais às políticas públicas

**E**xclusão social e degradação ambiental integram-se como faces indissociáveis do modelo hegemônico de desenvolvimento do mundo rural brasileiro. Fundado na grande empresa patronal monocultora, esse modelo vem se reproduzindo ao longo dos séculos com o apoio decisivo do Estado nacional. Políticas públicas foram e são implementadas em defesa da reiteração desse padrão de desenvolvimento rural que, de outra forma, já haveria soçobrado em sua própria inviabilidade econômica, ecológica, social e política.

O agronegócio brasileiro é, nesse sentido, a expressão de interesses petrificados de uma elite econômica satisfeita com a concepção de organização do espaço e da economia rural, que deita raízes em nosso período colonial. Não condiz absolutamente com a imagem de modernidade que procura se auto-atribuir. Pelo contrário, representa a versão mais acabada de um estilo de desenvolvimento orientado de fora para dentro, cujo traço mais característico é a racionalidade econômica informada pelas expectativas de curto prazo para a reprodução do capital investido, em detrimento de quaisquer preocupações com o bem-estar social e com a integridade do meio ambiente.

Suplantar, no plano político, a obstinada resistência a transformações urdida na aliança dos interesses das elites agrárias e agroindustriais brasileiras com o capital transnacional requer a efetiva mobilização do conjunto da sociedade em defesa de estilos democráticos e sustentáveis de desenvolvimento rural. Esse processo está em curso a partir da agregação e canalização de forças sociais que vêm se organizando em dinâmicas de inovação agroecológica presentes em todos os ecossistemas brasileiros. Ao mesmo tempo em que expressam o gênio criativo e formas de resistência de populações historicamente marginalizadas econômica e ideologicamente, as experiências de agroecologia são portadoras de ensinamentos e inspirações que, pouco a pouco, vêm sendo traduzidos em proposições de políticas públicas e em força social transformadora. Este número da Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* dá visibilidade a processos pelos quais práticas sociais inspiram projetos coletivos, dando coesão política à defesa da produção familiar como agente dinamizador de padrões de desenvolvimento rural pautados pelo respeito à natureza e às culturas locais.

O editor

ISSN: 1807-491X



**Revista Agriculturas**  
experiências em agroecologia

v. 3, nº 1

(corresponde ao v. 21, nº 4 da Revista LEISA)

*Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* é uma publicação da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa –, em parceria com a Fundação ILEIA – Centre of Information on Low External Input and Sustainable Agriculture.

AS-PTA

Rua da Candelária, n.º 9, 6º andar.

Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil 20091-020

Telefone: 55(21) 2253-8317 Fax: 55(21) 2233-8363

E-mail: revista@aspta.org.br

www.aspta.org.br

Fundação ILEIA

P. O. Box 2067, 3800 CB Amersfoort, Holanda.

Telefone: +31 33 467 38 70 Fax: +31 33 463 24 10

www.ileia.org

## Conselho Editorial

Cláudia Calório

*Grupo de Trabalho em Agroecologia na Amazônia - GTNA*

Eugênio Ferrari

*Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, MG - CTA/ZM*

Jean Marc von der Weid

*AS-PTA*

José Antônio Costabeber

*Ass. Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, RS*

Marcelino Lima

*Diaconia, PE*

Maria Emília Pacheco

*Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional-Fase/RJ*

Maria José Guazzelli

*Centro Ecológico, RS*

Miguel Ângelo da Silveira

*Embrapa Meio Ambiente*

Paulo Petersen

*AS-PTA*

Sílvio Gomes de Almeida

*AS-PTA*

## Equipe Executiva

Editor Paulo Petersen

Editor convidado para este número Jean Marc von der Weid

Produção Executiva Adriana Galvão Freire

Pesquisa Fernanda A. Teixeira,

Nádia Maria Miceli de Oliveira

Base de dados de subscritores Nádia Maria Miceli de Oliveira

Copidesque e tradução Rosa L. Peralta

Revisão Gláucia Cruz

Foto da capa Mobilização da Via Campesina durante o MOP3, Curitiba/PR. Fotógrafo: Gabriel B. Fernandes

Projeto gráfico e diagramação I Graficci

Impressão SRG

Tiragem: 3.000

A AS-PTA estimula que os leitores circulem livremente os artigos aqui publicados. Sempre que for necessária a reprodução total ou parcial de algum desses artigos, solicitamos que a *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* seja citada como fonte.



pág. 7



pág. 11



pág. 21



pág. 25



pág. 28



pág. 32



pág. 36

**Editor convidado** *Jean Marc von der Weid*

**pág. 4**

## Artigos

**Remando contra a maré transgênica**

Gabriel Bianconi Fernandes

**pág. 7**

**Variedades crioulas na Lei de Sementes: avanços e impasses** **pág. 11**

Ciro Correa e Jean Marc von der Weid

**Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural**

Márcio Fontes Hirata

**pág. 15**

**A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar**

Jean Marc von der Weid

**pág. 18**

**Influenciando as políticas: a experiência da RAAA no Peru** **pág. 21**

Luis Gomero Osorio

**A institucionalização da agricultura orgânica no Brasil** **pág. 25**

Katia Karam, M<sup>a</sup> Fernanda de A. C. Fonseca, Vainer Grizante Jr. e Yara M.C.Carvalho

**A criação de uma faculdade de ciências da agricultura orgânica** **pág. 28**

Holger Mittlestrass

**Gestão participativa dos recursos pesqueiros na várzea amazônica** **pág. 32**

Marcelo Bassols Raseira, Evandro Pires Leal Câmara e Mauro Luis Ruffino

**Projetos demonstrativos e políticas públicas: os desafios da invenção do presente** **pág. 36**

Anna Cecilia Cortines, Denise Valeria Lima Pufal, Klinton Senra, Odair Scatolini, Silvana Bastos e Zará Augusto Brum Soares

**Publicações** **pág. 41**

**Páginas na internet** **pág. 42**

**Eventos** **pág. 43**

# Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia

**D**urante mais de trinta anos, organizações de produtores familiares assessoradas por ONGs e outras instituições de apoio desenvolveram grande diversidade de experiências de produção agroecológica (inicialmente conhecidas como agricultura alternativa) em todos os biomas do país. Nesse período, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrícola estiveram essencialmente orientadas para a disseminação de um paradigma científico-tecnológico cujo traço principal é o uso intensivo de insumos externos aos agroecossistemas, que chegam às famílias produtoras na forma de pacotes técnicos. Durante a maior parte desse tempo, os poucos incentivos governamentais recebidos por essas experiências foram pontuais, irregulares e marginais. Nos últimos anos, entretanto, esse quadro vem se alterando.

A influência das organizações do campo agroecológico sobre as políticas públicas de âmbito federal tornou-se mais efetiva durante o atual governo, embora o agronegócio e o capital financeiro continuem a figurar como os grandes beneficiários das diretrizes governamentais para o mundo rural brasileiro. Programas de crédito, de pesquisa, de capacitação, de assistência técnica e extensão rural e de educação voltados para a agricultura familiar começam a incorporar, ao menos em parte, proposições elaboradas por organizações promotoras da agroecologia. Apesar de já implementados, esses programas inovadores coexistem com outros que os contradizem e que ainda exercem, infelizmente, maior influência sobre as orientações para o desenvolvimento da agricultura familiar.

As poucas políticas de apoio à agroecologia implementadas até o momento ainda têm um alcance restrito. Em geral, são operacionalizadas por programas mal ajustados às necessidades concretas das famílias agricultoras ou, em alguns casos, ainda pouco demandados por elas. A cultura institucional de vários organismos executores das políticas de Estado também tem sido um entrave para que elas sejam acessadas por produtores e suas organizações. Habitados há muito tempo a rotinas operacionais concebidas para a implementação de um outro padrão de desenvolvimento, esses organismos encontram enormes dificuldades para operar em coerência com os conceitos e métodos do enfoque agroecológico. Apesar dessas limitações, as novas políticas permitiram destinar alguns programas governamentais, abrindo espaços para avanços (desiguais, é verdade) da agroecologia no plano nacional.

Embora o movimento agroecológico brasileiro tenha amadurecido e se capilarizado bastante na última década, a generalização desse conceito em meio ao universo da agricultura familiar exige um nível de compreensão e adesão das organizações dos produtores ainda não alcançado. Não obstante o posicionamento favorável à agroecologia por parte de organizações e movimentos sociais de abrangência nacional, essa questão ainda não mereceu um lugar de destaque na pauta de suas negociações com o governo.

As experiências apresentadas nesta revista evidenciam o quanto é fundamental que as entidades da sociedade civil, em particular as organizações dos produtores familiares, atuem decididamente para que as políticas públicas em favor da agroecologia se tornem mais abrangentes e consistentes e as resistências do aparelho do Estado sejam debeladas.

## Avanços e limites da formulação e execução de algumas políticas públicas de apoio à agroecologia

A política de crédito foi, sem dúvida, aquela de maior abrangência dos últimos três anos. Beneficiou por volta de 2,5 milhões de famílias no plano de safra 2005/2006 com o emprego de quase nove bilhões de reais. Entretanto, grande parte desse montante foi despendida em créditos de cus-

teio orientados para a compra de insumos do modelo convencional. Negociações entre o Grupo de Trabalho de Financiamento da Produção (GT-Financiamento), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)<sup>1</sup>, e o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) resultaram na criação de mecanismos inovadores de crédito orientados para a transição agroecológica (Pronaf Agroecologia, Pronaf Semi-Árido, Pronaf Florestal). Apesar de terem sido implementadas, essas novas modalidades de crédito foram muito pouco acessadas, por não serem adequadas às condições dos agricultores ecologistas ou daqueles interessados em ingressar em trajetórias de transição agroecológica. Somam-se a esse fator as dificuldades dos agentes financeiros para operacionalizar esses créditos. Em outras palavras, entreabriram-se portas, mas poucos passaram por elas (Ver artigo *A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar* – pág. 18).

Outras modalidades de financiamento da transição agroecológica, de caráter mais estrutural e de longo prazo, foram testadas na Amazônia pelo Ministério do Meio Ambiente, a partir de uma formulação intensamente discutida por praticantes da agroecologia naquela região. Trata-se do Proambiente (Ver artigo *Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural* – pág. 15), programa que teve sua execução limitada pelos poucos recursos disponibilizados, por bloqueios de natureza jurídico-institucionais e pela inadequação operacional dos aparelhos do Estado. Apesar disso, ele deve servir como modelo a ser seguido, pelo que representa de inovação no próprio conceito de financiamento da transição agroecológica, já que incorpora a idéia de remuneração dos serviços ambientais prestados pelos agricultores ecológicos.

A candente questão das sementes de variedades crioulas não chegou a ser tratada como uma política específica pelo governo federal. O tema só veio à baila em 2005, com a explicitação das contradições existentes entre a Lei de Sementes e a política de seguro agrícola. Tendo sido um ano de seca no sul do Brasil, foi grande a procura pelo seguro agrícola por aqueles que tiveram frustradas as suas safras financiadas pelo Pronaf. Os agricultores que utilizaram variedades crioulas em seus cultivos tiveram acesso negado ao benefício, pelo fato de que tais sementes não estão incluídas no zoneamento agrícola que orienta o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Essa questão foi tratada no artigo da página 11, que evidencia como o reconhecimento oficial das variedades crioulas ainda é um tema a ser aprofundado nos debates relacionados às políticas de conservação e fomento da agrobiodiversidade.

Já alguns programas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) apontam para inovadores instrumentos de política voltados para o desenvolvimento agroecológico. Os acúmulos metodológicos e conceituais neles obtidos estão ainda longe de serem explorados em políticas de maior alcance que envolvam mais recursos. Nesta edição de *Agriculturas*, são apresentados dois artigos que ilustram essas iniciativas. O que trata do Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea), executado pelo Ibama, na página 32, e o que apresenta o Programa Projetos Demonstrativos (PDA), do MMA, na página 36.

As políticas favoráveis ao agronegócio que prevaleceram no governo Lula, mesmo com a campanha por parte de vigorosos nichos pró-agricultura familiar e pró-agroecologia, são abordadas na revista com foco em seu efeito mais deletério e ameaçador: a liberação do cultivo de transgênicos no Brasil. O artigo *Remando contra a maré transgênica* (pág. 7) revela como a sociedade civil lutou contra essa liberação, apoiando-se nas experiências agroecológicas para mostrar porque a opção pela transgenia não é uma necessidade nacional, como apregoam seus defensores, mas o produto de um poderoso *lobby* que o governo não quis enfrentar. Apesar da luta desigual, o resultado ainda não é definitivo. Foram ganhos espaços relevantes para deter a maré transgênica.

O artigo *A institucionalização da agricultura orgânica no Brasil* (pág. 25) discute o importante acúmulo conquistado pela sociedade civil na regulamentação da produção orgânica, em particular no que se refere à defesa dos sistemas de certificação participativa, que abrem caminho para uma maior inserção da agricultura familiar ecológica nos mercados.

Outro exemplo de políticas que tiveram a participação da sociedade civil foi o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) adotado pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério de Desenvolvimento Agrário. A sua elaboração foi fortemente influenciada pelas

<sup>1</sup> A Articulação Nacional de Agroecologia é um espaço de convergência de movimentos, redes e organizações da sociedade civil envolvidas em experiências concretas de promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Brasil (Ver [www.agroecologia.org.br](http://www.agroecologia.org.br)).

discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (GT-Ater) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar (Condraf)<sup>2</sup>. Essa foi uma conquista importante que permitiu às organizações de agricultores e entidades de assessoria vinculadas à ANA apresentarem suas concepções e propostas. Além disso, a política e os programas nacionais de Ater abriram espaço para que setores da sociedade civil comprometidos com a promoção da agroecologia fossem financiados com recursos governamentais para a implementação de seus projetos.

Já no campo da pesquisa em agroecologia, pode-se dizer que foram dados passos modestos, mas importantes, em meio aos sistemas oficiais, como alguns institutos de pesquisa estaduais e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esta última implementou uma rede de pesquisas em agricultura orgânica, envolvendo pesquisadores de diversas unidades. Embora represente um avanço, esse programa peca ainda pelo emprego de uma concepção convencional de pesquisa, na medida em que se orienta essencialmente para o desenvolvimento de protocolos técnicos de manejo orgânico em sistemas especializados de produção. Apesar disso, essa orientação teórica poderá ser fonte de conhecimentos novos à disposição daqueles que procuram soluções técnicas para seus sistemas diversificados de produção. Em outra frente, um grupo significativo de pesquisadores apoiado pela atual diretoria da Embrapa iniciou um esforço, mais ambicioso, de formular uma estratégia de incorporação do enfoque agroecológico na empresa. Mesmo que essa iniciativa ainda não tenha se traduzido em formulação de propostas de pesquisa articuladas a processos de desenvolvimento local, condição essencial para que venham a ser efetivas, ela permitiu que se fortalecessem institucionalmente núcleos precursores e ainda isolados de pesquisadores empenhados nessa perspectiva.

## Uma avaliação do conjunto das políticas

Feita a contextualização, podemos dizer que a construção das políticas para a promoção da agroecologia depende dos acúmulos alcançados por inúmeras comunidades de agricultores e agricultoras, suas organizações e entidades de apoio, tanto na formulação de propostas mais adequadas como no desenvolvimento de capacidades próprias para influenciar diretrizes de governo.

Cabe sublinhar, no entanto, que o maior limitante da efetividade do notável esforço do “campo agroecológico” para influenciar as políticas públicas parece residir na própria concepção e institucionalidade dessas políticas, marcadas por forte dispersão estrutural. Não apenas o governo é incapaz de estabelecer uma coerência de conjunto em suas ações para a agricultura, como também não se empenha em integrar os vários componentes que deveriam orientá-las ao apoio ao desenvolvimento. Cada uma das políticas segue sua lógica autônoma, dotando-se de instrumentos próprios e diferenciados que funcionam como verdadeiras barreiras de acesso a elas por parte dos promotores do desenvolvimento e dos próprios agricultores. Além disso, o governo padece de um vício operacional, ao conceber programas e políticas com horizontes de curto prazo, delimitados pela vigência dos mandatos. Pior do que isso, condiciona a alocação de recursos para os programas implementados por organizações sociais promotoras do desenvolvimento à execução de projetos em prazos ainda mais curtos, de um ano. Essas condições se antepõem à lógica das experiências acumuladas por essas organizações, que apontam para a necessidade de fluxos de recursos sustentados e de longo prazo para que se alcancem resultados significativos e eficientes da aplicação dos investimentos.

Para além do aperfeiçoamento das políticas tratadas nesta edição da revista, está colocada a necessidade candente de se promover um esforço de integração das ações do governo relacionadas ao desenvolvimento rural e à liberação de recursos, que deve ser mais significativa, para que venham a ser efetivas. Esse é um debate presente e que cabe ser intensificado nos diferentes fóruns da sociedade em que são avaliadas e propostas políticas públicas favorecedoras do desenvolvimento da agricultura com base no enfoque agroecológico.

*Jean Marc von der Weid:*

*economista, coordenador do Programa de Políticas Públicas da AS-PTA  
aspta@aspta.org.br*

<sup>2</sup> Condraf é um órgão de articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas no que diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável, à reforma agrária e à agricultura familiar (ver [www.condraf.org.br](http://www.condraf.org.br)).



Manifestação da Via Campesina durante reunião do Protocolo de Biosegurança, em Curitiba

# Remando contra a maré transgênica

Gabriel Bianconi Fernandes\*

**E**nquanto a construção de políticas públicas favorecedoras da agroecologia em geral parte de lições aprendidas de experiências locais, a ação política contra o advento dos transgênicos se dá muito mais no plano do embate e da denúncia, numa disputa desigual entre organizações da sociedade civil e forças político-econômicas do setor do agronegócio. Assim, embora esses dois movimentos se processem com enfoques distintos – o primeiro é propositivo e o último é de natureza reativa –, eles são

complementares e têm como objetivo a viabilização de propostas para o desenvolvimento sustentável do mundo rural.

Com efeito, o avanço da agricultura que utiliza sementes geneticamente modificadas ocorre em detrimento da agricultura ecológica e diversificada. Nos Estados Unidos, por exemplo, maior produtor mundial de transgênicos, os produtores orgânicos tiveram que concordar em reconhecer suas sementes como sendo orgânicas, mesmo cientes de que não eram 100% livres de transgênicos.

## Só derrotas?

É difícil deixar de ter a impressão de que só as empresas de biotecnologia têm levado vantagem nesse embate, sobretudo depois que a lei de biossegurança foi

aprovada pelo atual governo federal, que assumiu seu mandato prometendo moratória aos transgênicos enquanto não estivesse comprovada a sua inocuidade à saúde pública e ao meio ambiente.

Apesar disso, as companhias da área não poderiam imaginar que teriam tanta dificuldade para conquistar esse amplo mercado, que é a produção brasileira de *commodities*, e que enfrentariam tanta oposição da sociedade. A expectativa era a de que seus produtos adentrassem nossa cadeia alimentar sem maior debate público, permanecendo o assunto como “coisa para especialista”. Tanto foi outro o caminho, que as empresas tiveram que implementar novas estratégias para tentar convencer a população do benefício de seus produtos. Entre elas, destaca-se a fundação e o financiamento de “ONGs” voltadas para a promoção da biotecnologia<sup>1</sup>.

A liberação da soja transgênica, em 1998, foi seguida por uma ação civil pública encaminhada à Justiça pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que embargou a soja da Monsanto e, na prática, proibiu novas liberações. Com essa ação, abriu-se espaço para o debate público sobre a tecnologia e seus impactos, assim como para uma atuação mais articulada de organizações de defesa do consumidor, do meio ambiente e da agricultura familiar. A popularização do tema é conquista não negligenciável, mas fica a pergunta: de que adianta massa crítica se os transgênicos se espalham pelo país?

## Estado ausente por opção

O caso da entrada e difusão ilegal das sementes de soja transgênica simboliza a omissão do Estado na fiscalização para o cumprimento da lei. Somado a isso, o boicote

**(...) desde que o Greenpeace deu início ao seu trabalho de informar consumidores sobre quais produtos no mercado poderiam conter transgênicos, tem-se obtido resultados consideráveis. Em 2002, quatorze empresas se comprometeram a não usar transgênicos em suas marcas.**

deliberado à proposta de rotulagem de produtos transgênicos passa então a conferir a essa conduta negligente do governo um caráter de estratégia para a difusão da tecnologia.

Por outro lado, desde que o Greenpeace deu início ao seu trabalho de informar consumidores sobre quais produtos no mercado poderiam conter transgênicos, tem-se obtido resultados consideráveis. Em 2002, quatorze empresas se comprometeram a não usar transgênicos em suas marcas. Já em 2005, na quarta edição do *Guia do Consumidor*<sup>2</sup>, 65 empresas assumiram esse compromisso e entraram para a chamada *lista verde*.

Esses esforços não substituem o dever do Estado de garantir informação ao consumidor, mas, mesmo com seus alcances restritos, mostram como a sociedade, criticamente informada, desenvolve formas de resistência em defesa do interesse público. As pesquisas de opinião revelam que à medida que cresce o conhecimento da população sobre o tema, aumenta também sua rejeição a esses produtos. Jamais foi visto, em lugar algum do mundo, um movimento de consumidores exigindo a liberação de transgênicos por estarem ansiosos para desfrutar dos “avanços da moderna biotecnologia” e saborear a soja resistente a herbicida ou o milho inseticida.

## As mudanças de panorama com a nova lei

O projeto de lei apresentado pelo governo Lula tramitou durante dois anos no Congresso e, depois de aprovada, a lei levou mais oito meses para ser regulamentada<sup>3</sup>. Nesses quase três anos, Brasília foi o principal centro de atuação da *Campanha por um Brasil Livre de Transgênicos*, já que as decisões passavam necessariamente pelo eixo Congresso-Executivo.

O tempo levado para criar um novo marco legal para os transgênicos já é um indicativo de que esses processos não se desenrolaram sem muita resistência e polêmica. Afinal, há de se considerar toda a dedicação e truculência da bancada ruralista aliada ao poderoso *lobby* das empresas de biotecnologia – que opera dentro e fora do governo – e à benevolência do governo em relação aos interesses do agronegócio. Não menos importante é destacar a atuação quase panfletária da grande imprensa na

<sup>1</sup> Entre elas: Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), Associação Nacional de Biossegurança (Anbio) e Associação Pró-Terra.

<sup>2</sup> Disponível na página: <http://www.greenpeace.org.br/consumidores/guiaconsumidor.php?PHPSESSID=>

<sup>3</sup> Para detalhes das negociações em torno da lei e sobre o contexto das diferentes medidas provisórias editadas no período, ver “O companheiro liberou: o caso dos transgênicos no governo Lula”, Fernandes, G., 2005. Disponível na página <http://www.ibase.br/mapas/>





Manifestação por um Brasil Livre de Transgênicos

promoção irresponsável dessa tecnologia, minimizando seus riscos, suas incertezas e a falta de conhecimento sobre seus impactos e taxando seus críticos – muitas vezes sem sequer ouvi-los – como pertencentes a um grupo de obtusos recém-egressos do período medieval.

**Durante esse período de formulação da lei, além do acompanhamento *in loco*, inúmeras cartas abertas a parlamentares foram escritas e endossadas por entidades e movimentos sociais de todas as regiões do país. Todas as críticas às versões de projeto de lei foram feitas por escrito e apresentadas ao governo e parlamentares, assim como foram debatidas propostas de emendas à lei. O mesmo foi feito com o decreto que regulamentou a lei e, anteriormente, com as medidas provisórias que, apesar dos esforços em contrário, foram liberando aos poucos o cultivo da soja transgênica.**

Com a grande imprensa cada vez mais fechada aos posicionamentos críticos à transgenia, a Campanha informou consumidores e agricultores, por meio de folhetos, cartilhas, palestras e debates. Informações foram divulgadas, também, pela internet e por canais alternativos de comunicação, como rádios comunitárias. Na comuni-

cação eletrônica, vale destacar o *Boletim por um Brasil Livre de Transgênicos*<sup>4</sup>, produzido semanalmente pela AS-PTA desde novembro de 1999. Hoje são quase 300 edições do *Boletim* e uma lista de mais de 8.500 leitores.

É evidente que em uma disputa tão desigual o setor pró-transgênico vem levando a melhor. A despeito disso, os resultados obtidos pela sociedade civil vão além de ter evitado que esse quadro desfavorável tomasse uma dimensão muito maior, o que, por si, não deixa de ser uma conquista.

Logrou-se que tanto a lei como o decreto

incluíssem mecanismos de participação da sociedade civil e de transparência nos processos de tomadas de decisão, além de regras para evitar a continuidade dos casos de conflito de interesse. Esses novos dispositivos começarão a fazer diferença desde já, à medida que a nova Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) retoma suas atividades. Nesse novo cenário, uma coisa é certa: esses instrumentos de participação e transparência só serão implementados com muita pressão da sociedade civil e com um monitoramento constante dos atos da CTNBio. Portanto, no plano nacional, pode-se dizer que está definido o novo eixo de campanha e mobilização contra os transgênicos.

## Qual ciência e quais cientistas?

Após ter sido reformulada pela nova lei de biossegurança, a Comissão passou a ter 27 membros mais seus respectivos suplentes. Desses, seis são representantes da sociedade civil (sendo um da área biotecnológica). Contudo, mais do que uma correlação de forças mais equilibrada, duas outras grandes questões estão em jogo com essa nova composição.

A primeira tem a ver com o fato de que, desde sua criação em 1996, pela primeira vez a CTNBio não será um bloco formado majoritariamente por pesquisadores que desenvolvem transgênicos ou que não apresentem maiores preocupações com relação à biossegurança desses pro-

<sup>4</sup> Para se cadastrar na lista do Boletim, envie uma mensagem em branco para <boletimtransgenicos-subscribe@listas2.rits.org.br>

dutos. Esse quadro ajudará a quebrar, perante o grande público, a falsa idéia de que os cientistas são unanimemente favoráveis à transgenia. Segundo, a partir de agora, os representantes da sociedade civil, somados a membros de alguns ministérios e possivelmente a outros cientistas da Comissão, poderão trazer uma grande e necessária novidade, ao darem visibilidade pública ao debate sobre o papel da ciência para o desenvolvimento da sociedade.

**A inovação está na possibilidade desse debate permitir o confronto de dois enfoques distintos sobre a prática científica. O primeiro, no caso específico, manipula genes, pedaços de bactérias e partes de vírus como se estivesse simplesmente mudando tijolos de lugar, seguindo a orientação, ainda hoje hegemônica nas ciências agrárias, de controlar a natureza por meio de pacotes tecnológicos. O outro, ao contrário, valoriza os fluxos e ciclos presentes nos ecossistemas em benefício da produção agrícola, permitindo o desenvolvimento de sistemas agrícola produtivos, ambientalmente sustentáveis e pouco ou nada dependentes de insumos externos.**

Seja pela viabilização financeira de suas pesquisas, seja pela crença de fato em uma ciência reducionista, os pesquisadores da primeira corrente ocuparam o espaço que lhes foi aberto no debate público sobre os transgênicos

**Por que os promotores da biotecnologia recorrem repetidas vezes à clandestinidade se eles controlam o setor de sementes e insumos, exercem forte influência sobre governos, legisladores e mídia, têm grande capacidade de direcionar pesquisas e pesquisadores e sempre tiveram uma CTNBio favorável?**

e assumiram uma postura de falar em nome da ciência. Isso foi resumido pela imprensa com o chavão “a ciência é a favor dos transgênicos e os ambientalistas são contra”. Representantes de uma ciência mais integradora, comprometidos com o interesse público, devem agora ocupar seu espaço nessa arena de debate, assumindo perante a sociedade uma postura mais afirmativa, de forma a contribuir para a formulação de políticas que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

## Contra a maré

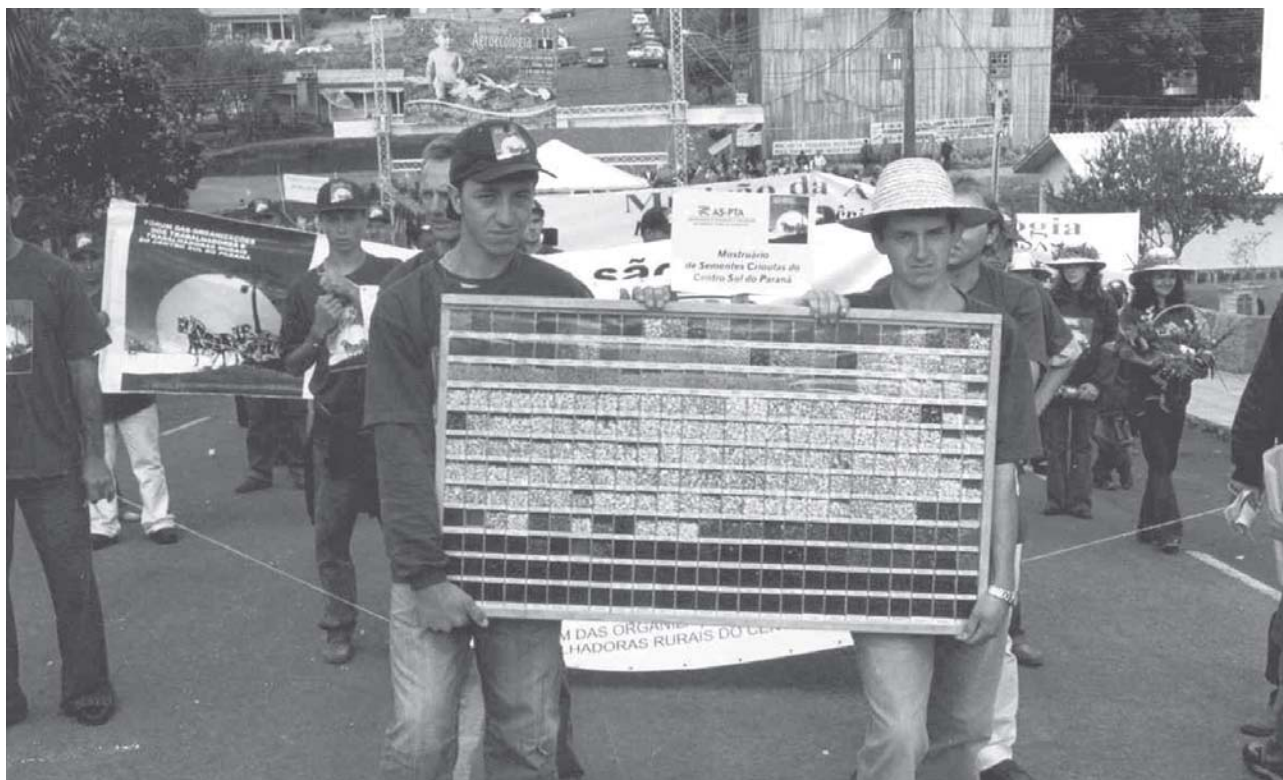
Existem hoje, no Brasil, cultivos transgênicos de soja, algodão e milho. Todos se iniciaram de forma ilegal. Os dois primeiros já foram legalizados pela via do fato consumado. Diante disso, surge a seguinte pergunta: por que os promotores da biotecnologia recorrem repetidas vezes à clandestinidade se eles controlam o setor de sementes e insumos, exercem forte influência sobre governos, legisladores e mídia, têm grande capacidade de direcionar pesquisas e pesquisadores e sempre tiveram uma CTNBio favorável?

Basicamente por dois motivos. Primeiro, porque os produtos da biotecnologia mostram-se incapazes de resistir a avaliações de risco adequadas. Nesse sentido, a experiência brasileira talvez seja a mais emblemática, ao mostrar o empenho das empresas de biotecnologia e de seus partidários para retirar a obrigatoriedade do licenciamento ambiental prévio do processo de aprovação de organismos geneticamente modificados. E, segundo, porque um ativo movimento de resistência vem cobrando imparcialidade e transparência e logrando impedir a desregulamentação<sup>5</sup> do uso da biotecnologia no país. Não fosse a massa crítica construída ao longo dos anos de existência da Campanha, tudo correria de forma mais imprudente e na mais pura legalidade.

Já vimos que a mudança do grupo mandatário no plano federal não alterou as tendências favoráveis à liberação dos transgênicos na agricultura brasileira, que já haviam sido explicitadas pelo governo passado. Será que a entrada em vigor da nova lei trará mais rigor e isenção às decisões a esse respeito? Seja como for, que o bem-vindo debate científico com a sociedade seja mais uma pedra lançada à água para fazer repercutir suas ondas contra a maré transgênica.

*\* Gabriel Bianconi Fernandes:  
assessor técnico da AS-PTA  
gabriel@aspta.org.br*

<sup>5</sup>O dossiê entregue pela Monsanto à CTNBio, solicitando a liberação comercial da soja transgênica, pedia a desregulamentação do uso de seu produto.



Manifestação em defesa das sementes crioulas

# Variedades crioulas na Lei de Sementes: avanços e impasses

Ciro Correa e Jean Marc von der Weid\*

**S**ementes crioulas ou locais são aquelas melhoradas e adaptadas por agricultores e agricultoras, por seus próprios métodos e sistemas de manejo, desde que a agricultura se iniciou há mais de dez mil anos. Existem centenas de variedades de cada uma das espécies cultivadas. Cada uma delas evoluiu sob condições ambientais, sistemas de cultivo e preferências culturais específicas.

Essas variedades exercem um papel fundamental no desenvolvimento de sistemas agroecológicos. Ao contrário das sementes comerciais, cujo potencial produtivo está diretamente ligado ao emprego de altas doses de

insumos químicos, as variedades crioulas precisam de pouco ou nenhum aporte de insumos externos, já que são adaptadas aos estresses ambientais locais a que foram submetidas durante seus processos evolutivos. Nesse sentido, mesmo em condições ambientais adversas, como as que freqüentemente são encontradas na realidade da agricultura familiar, as variedades crioulas são capazes de manter produções satisfatórias. Além de produtivas, se ajustam bem a sistemas de policultivo e são de livre acesso e multiplicação pelas famílias agricultoras, tornando desnecessária a sua aquisição no mercado a cada safra.

No entanto, ao longo da evolução do movimento agroecológico no Brasil, as famílias agricultoras enfrentaram a rejeição de suas variedades pelos sistemas oficiais de pesquisa agrícola, de extensão rural, de crédito e pelos programas públicos de distribuição de sementes. “Não são sementes; são grãos” foi o que sempre se escutou, com um tom de não disfarçado desprezo, dos técnicos desses sistemas.

Indiferentes a esse senso comum amplamente disseminado no meio científico-acadêmico, várias organizações de assessoria ao desenvolvimento da agricultura familiar e da agroecologia vêm, desde a década de 80, apoiando projetos de resgate, melhoramento e reintrodução de sementes de variedades crioulas nos sistemas produtivos. Por meio de processos participativos, centenas de variedades de várias espécies foram resgatadas. Grande ênfase foi dada às variedades de milho, assim como às de feijões, arroz, trigo, batata, mandioca e outras espécies. Raças animais também foram objetos de resgate e multiplicação nesses programas.

**Já no final dos anos 80, com a evolução desses trabalhos, amplas articulações de entidades de produtores e de assessoria se dedicaram ao assunto. O exemplo de maior destaque foi a Rede Milho, na qual organizações da sociedade civil, juntamente com a Embrapa, promoveram os Ensaio Nacionais do Milho Crioulo. Essas experiências e articulações tiveram papel extremamente relevante na popularização e mobilização em torno ao debate das sementes crioulas.**

Em meados da década de 90, as organizações envolvidas nesse debate e a agricultura familiar como um todo levaram um duro golpe com a aprovação das Leis de Cultivares e de Patentes. Essas legislações contrariaram frontalmente os princípios dos defensores da agrobiodiversidade e de seu papel no desenvolvimento da agricultura familiar. Isso porque, o marco regulatório foi concebido em coerência com a lógica produtiva de grandes corporações transnacionais, em especial no ramo da genética, que dominam a agricultura empresarial, mais recentemente auto-designada como agronegócio. A partir desse momento, uma série de novos obstáculos foi criada para impedir a promoção das sementes crioulas como alternativa técnica aos sistemas da agricultura familiar.

Como a agricultura familiar esteve virtualmente alijada dos sistemas governamentais de apoio ao desenvolvimento rural até 1996, quando surgiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a rejeição oficial às variedades crioulas nunca chegou a

causar maiores problemas às famílias produtoras. Até esse momento, as dificuldades surgiam sobretudo por ocasião das perdas ocorridas com as secas, quando os programas de distribuição de sementes eram organizados emergencialmente no semi-árido brasileiro. Nessas situações, não foram raras as vezes em que os agricultores eram levados a empregar uma tortuosa forma de driblar os programas de sementes. Recebiam as sementes, desenvolvidas por empresas privadas ou públicas, e as vendiam nos mercados locais para levantar recursos financeiros para readquirir variedades locais perdidas com as estiagens.

Nos primeiros anos de execução do Pronaf, porém, apenas uma parcela das famílias de agricultores, a mais capitalizada e bem informada sobre os métodos “modernos” de plantio, se beneficiou com a oferta de crédito. Os empréstimos eram atrelados à obrigatoriedade do emprego de pacotes tecnológicos compostos por variedades comerciais, adubos químicos e agrotóxicos. Assim, aprovar projetos com o Pronaf usando variedades crioulas era quase impossível.

O quadro começou a mudar desde o início desta década, quando foi promulgada a nova Lei de Sementes. Embora a versão original submetida ao Congresso Nacional não previsse nenhuma abertura legal para o emprego das variedades crioulas nos programas governamentais, os movimentos sociais e as ONGs, mobilizadas em torno da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA)<sup>1</sup>, conseguiram influenciar o conteúdo da legislação, o que permitiu, pela primeira vez, o reconhecimento oficial dessas sementes. Segundo o texto da lei, essas variedades

**(...) ao longo da evolução do movimento agroecológico no Brasil, as famílias agricultoras enfrentaram a rejeição de suas variedades pelos sistemas oficiais de pesquisa agrícola, de extensão rural, de crédito e pelos programas públicos de distribuição de sementes. “Não são sementes; são grãos” foi o que sempre se escutou, com um tom de não disfarçado desprezo, dos técnicos desses sistemas.**

<sup>1</sup> A Articulação Nacional de Agroecologia é um espaço de convergência de movimentos e organizações da sociedade civil envolvidos com a promoção de experiências concretas de agroecologia nas diferentes regiões do Brasil.

não podem ser discriminadas em quaisquer programas públicos.

Na regulamentação da lei, essas conquistas foram essencialmente reafirmadas, apesar da forte pressão contrária realizada pelas empresas sementeiras. A exceção foi a introdução no texto de um artigo que limita a venda de sementes crioulas por cooperativas ou associações de agricultores familiares apenas a seus associados.

Um conjunto de dificuldades foi identificado, em especial nos projetos de crédito, para fazer valer a nova lei. Apesar disso, nos últimos dois anos, milhares de famílias viabilizaram projetos com o uso de sementes crioulas por meio do Pronaf.

## A contradição entre as políticas públicas e a legislação

Historicamente a agricultura familiar lutou pela criação de um programa de crédito que estivesse amparado por um mecanismo de seguro. Em 2005, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) implantou o benefício do seguro agrícola, tornando-o compulsório para todas as famílias que obtêm crédito.

**Naquele mesmo ano, a região Sul foi fortemente afetada por uma das mais duras estiagens em cinquenta anos. Após constatarem perdas consideráveis em cultivos de milho, feijão e soja, muitas famílias tomadoras de crédito recorreram aos bancos para receber o seguro a que tinham direito. Tiveram uma desagradável surpresa quando receberam dos bancos uma negativa de ressarcimento do prejuízo fundamentada na alegação de que tinham “utilizado tecnologias inadequadas”. Segundo as regras do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), as variedades e as técnicas de cultivo**



Feira de sementes na II Festa Nacional do Milho Crioulo, Anchieta-SC

**aceitas devem ser definidas pelo Ministério da Agricultura (Mapa), que as condicionam a regiões ecológicas identificadas no zoneamento agrícola. Como essas regras foram concebidas conforme a lógica dos pacotes tecnológicos do agronegócio, apenas sementes comerciais e manejos agroquímicos são prescritos. Assim, os que utilizaram sementes crioulas foram prejudicados.**

Evidencia-se, nesse exemplo, a contradição entre política pública e legislação. A não cobertura das sementes crioulas pelo seguro agrícola é ilegal, pois desrespeita o artigo 48 da Lei de Sementes. Além disso, o Mapa exige que as variedades passíveis de indicação no zoneamento estejam cadastradas no Registro Nacional de Cultivares (RNC), contrariando o que reza a lei no seu artigo 11, § 6, que desobriga o registro das variedades locais, tradicionais ou crioulas no RNC.

Para lidar com essa contradição no curto prazo, o MDA apresentou uma proposta de medida provisória que abria a possibilidade temporária para concessão do seguro às famílias que empregaram variedades crioulas na safra 2004/2005. Uma das grandes limitações para o trâmite dessa medida foi a ausência de uma definição formal do que é uma variedade crioula, o que impede a separação entre estas e outras sementes próprias, também excluídas do zoneamento, inclusive as variedades “maradona”, transgênicas, reproduzidas ilegalmente no Rio Grande do Sul. Para a safra 2005/2006, o MDA negociou com o Conselho Monetário Nacional uma permissão, em caráter

excepcional, para que variedades crioulas fossem incluídas nas regras do seguro, muito embora permaneçam não indicadas no zoneamento. No longo prazo, o problema continua sem solução.

O Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade da ANA vem acompanhando de perto a questão, procurando influenciar as decisões oficiais de forma a resguardar os direitos dos agricultores de usarem suas variedades tradicionais. Foi nesse sentido que tentou negociar com o governo federal alternativas que permitissem a admissão das variedades crioulas nas regras do RNC, abrindo caminho para que as mesmas pudessem ser incluídas no zoneamento agrícola e, em função disso, pudessem ser cobertas pelo seguro.

Um dos principais obstáculos para que essa opção se viabilize é de natureza técnica. Como as variedades crioulas possuem alta variabilidade genética, sendo essa uma de suas virtudes para a agricultura de base ecológica, elas não são passíveis de serem caracterizadas com base no uso dos descritores empregados pelo RNC. O sistema foi elaborado para registrar variedades com características genéticas homogêneas e estáveis, como as comerciais melhoradas para responder produtivamente ao emprego de insumos químicos. Um exemplo: o primeiro dos descritores de variedades de milho no RNC é o ângulo entre a primeira folha e o colmo. Em variedades convencionais, esse ângulo é constante nas diferentes plantas de uma lavoura e em plantas de diferentes gerações. Já nas variedades crioulas, é possível encontrarmos grandes variações nesse descritor.

Outra dificuldade colocada pela lógica desse sistema oficial é a necessidade da caracterização das variedades locais segundo suas adaptabilidades às condições ambientais específicas da zona ecológica na qual deverá ser indicada no zoneamento agrícola. Embora não sejam difíceis de serem executados, os procedimentos para caracterização das variedades exigem grande dedicação. Apenas poucas entidades que desenvolvem atividades de resgate e revalorização da agrobiodiversidade possuem fichas de caracterização das variedades existentes nas regiões em que atuam. Na prática, é impossível efetuar a tempo, a caracterização das variedades crioulas no âmbito nacional para que elas sejam cadastradas no registro nacional e liberadas para cobertura do seguro na safra 2006/2007.

**Mesmo na hipótese de superação dos dois obstáculos técnicos mencionados (inadequação dos descritores e necessidade de caracterização), há ainda um**

**difícil problema de natureza política. Quem deveria se responsabilizar pelo registro de uma variedade? Mesmo que o registro não implique em direito à propriedade, como alegam técnicos do governo, há questões de fundo, de ordem simbólica e ética, que fazem parte do contexto. Imaginemos que uma entidade de assessoria se encarregue de registrar as variedades dos agricultores com os quais interage. Como irá identificá-las? Com seu próprio nome ou com os nomes designados pelos agricultores? Que agricultores? Afinal, fora eventuais exceções, uma variedade crioula não é plantada por apenas uma família. Como justificar o registro de uma variedade em nome de um desses utilizadores? Como os outros iriam reagir?**

**O GT Biodiversidade da ANA refletiu sobre esse tema e, pelas razões expostas, concluiu que o registro das variedades não é o caminho mais adequado para solucionar as contradições existentes entre as políticas públicas e a legislação de sementes. Sendo assim, o impasse continua...**

Essa experiência é reveladora do enorme desafio que representa a implementação de políticas públicas em favor da promoção da agricultura familiar em bases ecológicas. Na maior parte das vezes, esse desafio não se resume à simples adaptação de políticas vigentes. Ele requer, sobretudo, uma revisão dos enfoques teórico-metodológicos que fundamentaram e orientam a elaboração das atuais políticas, essencialmente baseadas na lógica de maximização da produtividade por meio do emprego dos pacotes agroquímicos.

*\*Ciro Correa:  
membro do Setor de Produção,  
Cooperação e Meio Ambiente do MST  
producaobsb@terra.com.br*

*Jean Marc von der Weid:  
coordenador do Programa de  
Políticas Públicas da AS-PTA  
aspta@aspta.org.br*

# Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural

Márcio Fontes Hirata\*

**O** Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente) é uma iniciativa que, sob vários aspectos, introduziu novos procedimentos de concepção e de gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Três características do programa realçam essa qualidade inovadora: o protagonismo de organizações da sociedade civil em sua elaboração; o modelo de gestão que articula diferentes instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural; e a instituição de recompensas pelos serviços ambientais<sup>1</sup> gerados pela produção familiar rural.

## A trajetória de uma vitória conquistada “no grito”

A origem do Proambiente remonta aos anos 90. Na Amazônia, e mais fortemente no estado do Pará, esse foi um período de consolidação de lutas sociais iniciadas nas décadas anteriores, que se manifestou na conquista da legitimidade dos movimentos populares no campo e no acesso às políticas públicas pela produção familiar rural, que, em sua ampla diversidade, foi moldando a face organizativa e produtiva da região.

Um dos marcos organizativos dessa época foi a realização dos Gritos, uma forma de manifestação política

que surgiu no Pará, em 1991, com o nome de “Grito do Campo”. Já em 1993, essa mobilização se irradiou por toda a região, intitulando-se “Grito da Amazônia”. A partir do ano seguinte, assume a dimensão nacional, com a criação do “Grito da Terra Brasil”. Até hoje essa é uma das principais mobilizações organizadas por representações da agricultura familiar visando a negociação de políticas públicas com diversas instâncias do poder público.

Os primeiros Gritos, realizados em 1991 e 1992, cobravam a punição dos culpados pela violência no campo, bem como a desburocratização do Fundo Constitucional do Norte (FNO), de forma a possibilitar o acesso dos produtores familiares ao crédito rural (CUT/CONTAG, 1998). Dessas mobilizações, resultou a criação do FNO-Urgente, em 1992, a primeira experiência brasileira de crédito rural com condições diferenciadas para a produção familiar.

Apesar do avanço, as dificuldades de acesso ao crédito perduraram. Em função disso, e visando um maior alcance social da política, as pautas de negociação posteriores foram focadas no aumento do montante de recursos aplicados e em aspectos normativos da política, tais como as reduções dos encargos financeiros cobrados e das exigências burocráticas para a liberação do crédito. Até esse momento, a orientação técnica dos financiamentos não havia sido colocada em debate.

Em paralelo às conquistas relacionadas à política de crédito, um conjunto de programas e experiências-piloto passou a ser desenvolvido na região Amazônica, em especial nos estados do Pará, Acre e Rondônia. Apoiadas por diferentes níveis do governo e/ou por ONGs nacio-

<sup>1</sup>Os serviços ambientais passíveis de remuneração pelo Proambiente são: 1) desmatamento evitado; 2) sequestro de carbono por reflorestamento; 3) restabelecimento das funções hidrológicas dos ecossistemas; 4) conservação da biodiversidade; 5) conservação do solo; e 6) redução da inflamabilidade da paisagem (Proambiente, 2003).

nais e internacionais, essas iniciativas se orientaram para o desenvolvimento de sistemas de produção que conciliavam atividades agropecuárias com conservação ambiental, por meio do emprego de métodos participativos para a construção do conhecimento.

**No final da década de 90, o modelo de crédito do FNO para financiamento da produção familiar amazônica – linhas Pró Rural e Prodex – começou a mostrar sinais de esgotamento. Entre esses sinais, destacam-se a elevação do índice de inadimplência, a ausência de assistência técnica de qualidade, a pequena evolução da qualidade de vida e da renda das famílias contempladas e, principalmente, a inadequação dos projetos e sistemas de produção financeiros (Tura e Costa, 2000).**

Simultaneamente, os programas-piloto, embora reconhecidos como bem-sucedidos, continuavam limitados às fronteiras locais de suas iniciativas. Esse contexto colocou o desafio para as organizações da sociedade civil de conceber uma proposta capaz de articular os instrumentos clássicos de política agrícola aos objetivos de fomentar processos sócio-organizativos locais, melhorar a qualidade de vida e a renda das famílias e promover a conservação ambiental.

Foi nessa conjuntura que o Proambiente, uma nova modalidade de crédito ambiental, com garantia da

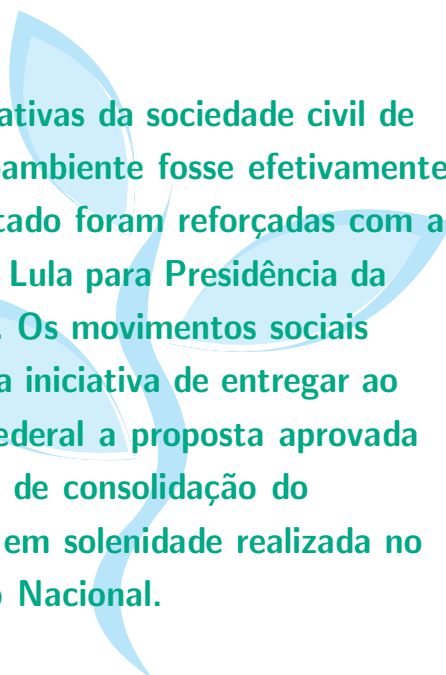
prestação de serviços de assistência técnica para execução das ações, foi apresentado na pauta do “Grito da Amazônia 2000” (Fetagri PA/AP et al, 2000). A receptividade favorável por parte do Banco da Amazônia e do governo do estado do Pará fez com que as Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags), proponentes iniciais, incorporassem novos parceiros no processo de elaboração da proposta.

Já no período de sua formulação, o escopo do programa foi ampliado. Esse processo, que durou de 2000 até o início de 2003, teve duas passagens que merecem destaque.

A primeira, em novembro de 2001, foi a realização do “Seminário de apresentação da proposta do Proambiente”, na cidade de Macapá (AP). Nessa oportunidade, o programa trazido ao debate era composto de duas modalidades. Uma era voltada para produtores que aderissem à linha de crédito ambiental. Nesse caso, a remuneração pelos serviços ambientais prestados seria efetivada por meio de deduções nas parcelas de crédito devidas. A outra era orientada aos produtores que não recorressem ao crédito e que receberiam a recompensa pelos serviços ambientais diretamente. Ambas as modalidades previam a existência de um Fundo de Apoio que, entre outras funções, custearia os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) aos produtores. Durante o evento, também foram definidos os locais para a implantação de doze pólos pioneiros do programa. Com a assinatura da carta de intenção para apoio ao “Projeto de Consolidação do Proambiente” pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (SCA/MMA), viabilizou-se a instalação de uma secretaria executiva do







## As expectativas da sociedade civil de que o Proambiente fosse efetivamente implementado foram reforçadas com a eleição de Lula para Presidência da República. Os movimentos sociais tomaram a iniciativa de entregar ao governo federal a proposta aprovada no evento de consolidação do programa em solenidade realizada no Congresso Nacional.

programa e o custeio de grande parte das atividades necessárias para debater e consolidar a proposta nos estados.

O segundo momento de destaque ocorreu em abril de 2003. Foi a realização, em Brasília, do “Encontro da sociedade civil para fechamento da proposta do Proambiente”. O evento consagrou o formato definitivo do programa aprovado pelas organizações da sociedade civil. Desde então, o Proambiente foi centrado apenas na remuneração direta pelos serviços ambientais prestados pelos produtores, tendo mantido a proposta do Fundo de Apoio. A idéia de crédito rural existente na formulação original foi integrada como ação opcional, conforme descrito na figura ao lado.

## O Proambiente no governo Lula

As expectativas da sociedade civil de que o Proambiente fosse efetivamente implementado foram reforçadas com a eleição de Lula para a Presidência da República. Os movimentos sociais tomaram a iniciativa de entregar ao governo federal a proposta aprovada no evento de consolidação do programa em solenidade realizada no Congresso Nacional.

Incorporado pelo governo, o Proambiente passou a integrar o conjunto dos programas que compõem o Plano Plurianual (PPA 2004-2007)<sup>2</sup>, adquirindo um caráter nacional.

O gerenciamento do programa ficou sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Entre suas atribuições, o Ministério assumiu o papel de articular as ações de implementação junto às demais ins-

tâncias do governo e fazer a interlocução com as organizações da sociedade civil.

Passados dois anos da criação da Gerência do Proambiente no MMA, o programa ainda enfrenta problemas para sua consolidação. A inexistência de marcos jurídico-institucionais que viabilizem a remuneração dos produtores pelos serviços ambientais prestados e as dificuldades de articulação entre os ministérios envolvidos no programa têm impedido que a iniciativa ultrapasse a sua fase-piloto para se generalizar como política pública.

Para que o Proambiente cumpra com suas potencialidades, três desafios básicos se apresentam:

- O desenvolvimento de mecanismos operacionais capazes de permitir que propostas com o grau de complexidade do Proambiente possam ser executadas numa estrutura de governo pouco permeável a esse tipo de inovação conceitual e metodológica.
- O estabelecimento de marcos legais que viabilizem juridicamente o pagamento dos produtores pelos serviços ambientais gerados.
- A superação da “síndrome do programa-piloto” para que a proposta seja efetivamente generalizada na Amazônia e demais biomas.

*\* Márcio Fontes Hirata: engenheiro agrônomo, especialista em Agriculturas Familiares Amazônicas e Desenvolvimento Sustentável; coordenador-geral de Monitoramento e Avaliação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF/MDA). marcio.hirata@mda.gov.br.*

### Referências:

- CUT/CONTAG. *Série Experiências nº 01 – FNO*. São Paulo: Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, 1998, 58 p.
- FETAGRI PA/AP, et al. *Grito da Amazônia 2000*. Belém: Fetagri, 2000. 30 p.
- TURA, L. R.; COSTA, F. A. (Org.). *Campesinato e Estado na Amazônia: Impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica/ Fase, 2000. 381 p.
- PROAMBIENTE. *Proposta Definitiva*. Brasília: Programa Proambiente, 2003. 32 p.

# A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar

Jean Marc von der Weid\*

**Q**ualquer agricultor ecológico que tenha tentado acessar o crédito nos primeiros anos de existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) vivenciou o mesmo problema. Os métodos de manejo agroecológico não eram reconhecidos pelas instituições bancárias oficiais e, portanto, não eram passíveis de financiamento. Sob a alegação de reduzir os riscos das operações de crédito, sejam elas para investimento ou custeio, os bancos seguiam à risca as recomendações dos protocolos técnicos desenvolvidos pelos sistemas governamentais de pesquisa agrícola. Os recursos de custeio eram somente liberados caso se destinassem à aquisição de pacotes tecnológicos compostos por fertilizantes solúveis, agrotóxicos e variedades comerciais desenvolvidas para responder ao emprego intensivo dos agroquímicos. Os financiamentos para investimento eram destinados fundamentalmente à compra de máquinas e equipamentos para o

manejo agrícola. Em suma, recursos de crédito disponíveis para fortalecer a agricultura familiar apenas passavam por ela, que funcionava como ponte para o seu destino final: as empresas agroindustriais. Durante muito tempo, o emprego dessa lógica engendrou graves agressões ao meio ambiente e agudos processos de endividamento das famílias produtoras.

No início da década de 2000, organizações da agricultura familiar e entidades de assessoria atuaram no sentido de influenciar as concepções do Pronaf. Aceitas as proposições da sociedade civil, o Programa passou a orientar as instituições bancárias a admitirem o financiamento de projetos técnicos baseados em manejos agroecológicos. Na prática, entretanto, a teoria foi outra.

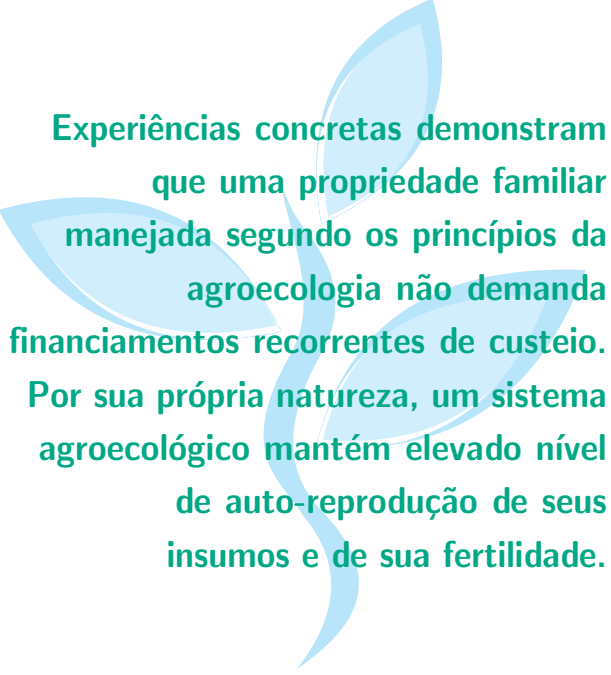
Um caso exemplar dos obstáculos encontrados pelos agricultores familiares ecológicos e por aqueles envolvidos em processos de transição agroecológica ocorreu em 2001, no município de Irati (PR). Dando continuidade a um trabalho regional que mobilizava várias organizações da agricultura familiar no centro-sul do Paraná, a Secretaria de Agricultura de Irati incentivou a apresentação massiva de projetos ao Pronaf por parte de famílias do município. Com um

custo médio de mil reais, os projetos previam recursos para a aquisição de sementes de variedades crioulas e de espécies de adubação verde, para a compra de insumos para a produção de biofertilizantes e caldas, para consertos de equipamentos de tração animal, entre outros fins. A agência local do Banco do Brasil colocou em dúvida os projetos técnicos, cobrando testes de germinação das sementes, análise dos adubos etc. Embora as repostas técnicas solicitadas tenham sido dadas, foi preciso que a Secretaria ameaçasse com a retirada da conta da prefeitura da agência para que os projetos fossem financiados.

Em 2003, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), representada pelo seu Grupo de Trabalho sobre Financiamento da Produção, manteve contatos regulares com técnicos e dirigentes do Pronaf visando facilitar o acesso dos agricultores ecológicos e, sobretudo, daqueles em vias de transição agroecológica aos recursos governamentais destinados ao custeio e ao investimento. Como resultado, foram criadas duas modalidades de crédito inovadoras conhecidas como Pronaf Agroecologia e Pronaf Semi-Árido. Além disso, consolidaram-se normas que abrem a possibilidade de emprego das modalidades de Pronaf pré-existentes para o financiamento de projetos com o enfoque agroecológico.

Ao longo das três safras seguintes, esses instrumentos foram postos à prova, obtendo resultados bastante limitados. Poucos agricultores acessaram as novas modalidades do Pronaf, embora um número bastante significativo tenha financiado insumos orgânicos pelos mecanismos mais conhecidos do programa. Qual terá sido a razão dessa baixa demanda?

Experiências concretas demonstram que uma propriedade familiar manejada segundo os princípios da agroecologia não demanda financiamentos recorrentes de custeio. Por sua própria natureza, um sistema agroecológico mantém elevado nível de auto-reprodução de seus insumos e de sua fertilidade. Após um investimento inicial para a estruturação dos sistemas agroecológicos, os custos de produção anuais se reduzem substancialmente e passam a ser assumidos pelas próprias famílias. Por essa razão, as famílias ecologistas tornam-se bastante autônomas em relação aos mercados de insumos e totalmente independentes dos agroquímicos. Esse fato demarca claramente a dife-



**Experiências concretas demonstram que uma propriedade familiar manejada segundo os princípios da agroecologia não demanda financiamentos recorrentes de custeio. Por sua própria natureza, um sistema agroecológico mantém elevado nível de auto-reprodução de seus insumos e de sua fertilidade.**

rença da natureza da demanda por crédito dos sistemas ecológicos em relação à dos sistemas convencionais. Enquanto os primeiros se auto-regeneram pela ação dos fluxos naturais e pelo trabalho familiar, os últimos só se reproduzem mediante o alto aporte anual de insumos e energia externa.

**Os custos dos investimentos iniciais para estruturar propriedades que ingressam numa trajetória de transição agroecológica não são altos. Para uma propriedade de cinco hectares no centro-sul do Paraná, esse valor correspondia, em 2003, à cerca de dois mil reais. Entretanto, como as famílias agricultoras da região estavam de tal forma descapitalizadas, necessitavam recorrer a financiamentos mais substantivos (da ordem de 18 mil reais) para estruturar as unidades produtivas. De forma geral, esse processo não estava relacionado diretamente à conversão dos sistemas técnicos, mas sim à provisão de equipamentos básicos para assegurar o bem-estar familiar. No semi-árido, a necessidade de equipar as propriedades com infra-estruturas hídricas acaba cobrando investimentos de maior porte, que podem chegar, em alguns casos, a 20 mil reais para a estruturação de uma unidade de 20 a 30 hectares.**

**Para que esse tipo de financiamento seja adequado às necessidades e capacidades das famílias, bem como aos ritmos de recuperação ambiental dos agroecossistemas, deve ser concebido com prazos mais extensos. Deve simultaneamente permitir planos flexíveis de transição de forma que as famílias possam fixar novas metas ano a ano em função dos resultados que forem observando com a evolução do sistema.**

Além disso, embora os valores máximos, as taxas de juros e os prazos de pagamento fossem relativamente razoáveis, alguns problemas inibiram o uso dessas modalidades inovadoras do Pronaf. Para operar o Pronaf Agroecologia, por exemplo, os agricultores que tencionavam o crédito foram obrigados a apresentar projetos de conversão das propriedades que tivessem a duração de três anos. Nesses projetos, deveriam estar claramente indicadas, ano a ano, as etapas de substituição de práticas convencionais por práticas agroecológicas. Essa exigência colocou um obstáculo insuperável às famílias na medida em que as obrigava a projetar os processos de transição de suas propriedades em ritmos acelerados, quando, em situações normais, poderiam se estender por até oito anos, sem que se pudesse prever com exatidão os passos dados a cada ano. Para que esse tipo de financiamento seja adequado às necessidades e capacidades das famílias, bem como aos ritmos de recuperação ambiental dos agroecossistemas, deve ser concebido com prazos mais extensos. Deve simultaneamente permitir planos flexíveis de transição de forma que as famílias possam fixar novas metas anualmente em função dos resultados que forem observando com a evolução do sistema.

Agricultores do semi-árido encontraram limitações semelhantes para acessar a linha do Pronaf Semi-Árido. Quando entrou em operação, o progra-

ma apresentou procedimentos de trâmite burocrático inalcançáveis para as famílias e absolutamente inadequados para um projeto de transição agroecológica. A lógica das planilhas elaboradas pelo Banco do Nordeste para o monitoramento dos projetos revela o desconhecimento do que seja planejar a transição agroecológica a partir do emprego do enfoque sistêmico. Ademais, os prazos estabelecidos para a transição eram muito pequenos para que os agricultores pudessem realizá-la sem correr grandes riscos.

Além dos problemas de concepção dos programas, a limitada demanda por essas novas modalidades de crédito podem ser atribuídas a questões como a falta de informação dos agricultores sobre essas oportunidades e a má vontade dos operadores do crédito para incorporar sistemas que desconhecem e que fogem às suas rotinas.

**Apesar da criação desses mecanismos específicos de crédito para o favorecimento da agroecologia, até o presente foram as modalidades convencionais de financiamento as mais acionadas por agricultores em transição ou já inteiramente convertidos. Certamente, essa é uma estratégia importante enquanto não são implementados sistemas de crédito mais ajustados às especificidades técnicas e metodológicas da agroecologia. Por outro lado, apresenta o risco de limitar a transição agroecológica a simples processos de substituição de insumos. É nesse sentido que o aprimoramento dos mecanismos do Pronaf permanece como um desafio para as organizações da sociedade civil empenhadas no aumento de escala e na generalização dos sistemas agroecológicos.**

*\* Jean Marc von der Weid:  
economista, coordenador do Programa de  
Políticas Públicas da AS-PTA  
aspta@aspta.org.br*



Manifestantes exigindo justiça no caso da comunidade de Taucamarca, onde ocorreram mortes de crianças por intoxicação com agrotóxicos

# Influenciando as políticas: a experiência da RAAA no Peru

Luis Gomero Osorio\*

**M**uitas ONGs do campo do desenvolvimento rural assessoram organizações comunitárias com o objetivo de aprimorar as capacidades gerenciais dessas últimas no que se refere à agricultura e à preservação da agrobiodiversidade. Na maior parte dos casos, esses esforços se restringem a locais bem determinados, validando sistemas

de produção baseados em condições muito específicas. A maioria dessas iniciativas favorece o desenvolvimento local, mas, em geral, não atingem áreas mais extensas e raramente são valorizadas como referências para a criação de políticas de desenvolvimento regional ou nacional.

Projetos de desenvolvimento que geram impactos positivos de âmbito local são muito importantes, mas não suficientes para promover mudanças mais am-

plas nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. Muitos avaliadores já afirmaram que projetos de desenvolvimento rural encontram dificuldades em contribuir com processos nacionais ou em fazer com que seus avanços sejam levados em conta na construção da agenda política.

Essa foi uma das razões que levaram a Rede de Ação, para Alternativas ao Uso de Agroquímicos (RAAA) do Peru, juntamente com a colaboração de suas 35 organizações-membros, a criar desde o seu início, em 1990, uma unidade de campanha. Esse espaço, conhecido como Unidade de Pressão Política (UPP), concentra seus esforços na inclusão dos problemas vinculados ao desenvolvimento agrícola sustentável e ao uso de substâncias agroquímicas na agenda do debate político. Seu principal desafio tem sido iniciar processos participativos de mudança nos três níveis políticos: local, regional e nacional.

O emprego de agrotóxicos e outros agroquímicos é um dos maiores problemas ambientais do Peru. O uso excessivo dessas substâncias afeta o solo e as fontes de água e também contamina os alimentos. Além disso, os agrotóxicos mais vendidos e usados do país pertencem à categoria de “substâncias químicas extremamente perigosas” (como o Taron ou Furadan) e casos de uso de muitos produtos proibidos (como DDT e Aldrin) têm sido freqüentemente registrados. Por esse motivo é que, com o passar dos anos, a RAAA tem se dedicado ao desenvolvimento de políticas nacionais que regulem o uso desses produtos e à promoção da agricultura ecológica. Alguns resultados já foram obtidos.

## Estratégia de intervenção

A estratégia da RAAA está voltada para influenciar a opinião pública, as autoridades, lideranças e representantes do governo, chamando a atenção para os problemas ambientais decorrentes do uso dos agroquímicos. Mediante a participação de diversos atores sociais, assuntos de alta prioridade para a agenda política foram identificados. A RAAA desempenha o papel de facilitadora, beneficiando-se de sua estrutura organizacional e de sua relação com os membros e muitas outras organizações. Assim, promove interações entre todos os envolvidos no desenvolvimento da agricultura sustentável e, juntos, definem estratégias e prioridades para traçar as atividades de pressão política.

**O estabelecimento de métodos para o diálogo permanente entre autoridades e a sociedade civil está entre as princi-**



Periódico peruano noticia tragédia

Fonte: site do RAAA

**país tarefas da Rede. Incluir a questão na agenda do debate político é um dos desafios existentes quando se trabalha com pressão política. Isso não é tarefa fácil e requer a organização de conferências e constante produção de materiais informativos para a mídia. Além disso, é necessário criar campanhas de conscientização e mobilização para chamar a atenção dos meios de comunicação de massa e do público em geral. A constante disseminação de informação pela mídia, juntamente com um contínuo trabalho de lobby institucional, é a forma com que a RAAA chega a líderes políticos ou tomadores de decisão e, por meio deles, consegue defender a aprovação e implementação de propostas de políticas públicas no país.**

Para influenciar a política de forma eficaz, é essencial entender com detalhes o contexto do problema e identificar todos os atores envolvidos. Da mesma maneira, é importante reconhecer o momento mais apropriado para começar uma campanha e fazer uma análise objetiva dos pontos fortes e fracos da organização e dos participantes da campanha. Isso ajuda a estabelecer fortes vín-

## Campanha em solidariedade a Taucamarca

Num dos casos mais graves do Peru, 24 crianças morreram depois de ingerir um substituto de leite contaminado com um agrotóxico organofosforado conhecido como etil-paration. O caso ocorreu numa pequena comunidade camponesa de Taucamarca, Cusco, no dia 22 de outubro de 1999 e até hoje o caso não foi resolvido. Desde então, a RAAA vem se esforçando para fazer com que os responsáveis sejam punidos, expressando solidariedade para com as famílias das vítimas.

Graças ao apoio de diversas organizações, foi possível empreender ações legais exigindo que justiça seja feita. Infelizmente, até hoje ne-

nhuma decisão foi tomada e não tem sido fácil manter o caso na agenda política nacional. Um dos resultados do trabalho da Rede e de seus parceiros foi a criação de uma subcomissão no Congresso incumbida de investigar o caso. Apesar de seu relatório ter sido aprovado por todos os membros, o problema ainda não foi discutido no Congresso.

Além de atuar para que a justiça prevaleça nesse caso específico, o objetivo do trabalho da RAAA é gerar jurisprudência para que eventos de intoxicação em massa sejam considerados, no futuro, grave violação aos direitos humanos e ambientais.

culos e a trabalhar em conjunto com outras organizações, especialmente com a mídia e com pessoas em posições chave. Os riscos potenciais também devem ser levados em conta a todo o momento.

### Principais resultados

Por meio de sua Unidade de Pressão Política, a Rede produziu campanhas de longa duração que resultaram na discussão e aprovação de regulamentações favoráveis à agricultura sustentável e à redução do uso de agrotóxicos. Durante esse processo, foram criadas sinergias interessantes entre organizações de desenvolvimento que atuam nesse campo. Isso pode ser visto como um desdobramento positivo e necessário para a construção de políticas voltadas para uma agricultura saudável e sustentável.

Ações lobistas direcionadas ao Congresso também têm sido bem-sucedidas, resultando em reuniões frequentes com políticos de diferentes partidos, na organização de fóruns e seminários e na posterior disseminação de informação pela mídia. Com os anos, as organizações-membro da RAAA têm intensificado, de forma similar, seu envolvimento nas diversas campanhas, seja mandando

cartas abertas, dando declarações na mídia ou realizando manifestações exigindo o fim da comercialização de pesticidas extremamente tóxicos. A definição do dia 3 de dezembro como o “Dia Internacional Sem Agrotóxicos”, foi mundialmente reconhecida para lembrar o desastre de Bopal, na Índia. Essa estratégia facilitou a organização de uma campanha sincronizada em várias cidades do mundo exigindo ações imediatas contra o uso generalizado desses produtos. Também ajudou a dar visibilidade aos acidentes ocorridos no Peru (Ver boxe).

Esses esforços levaram à aprovação de diversas leis nacionais e muitas regulamentações locais.

*Lei nº 26744, sobre a promoção do manejo integrado de pragas*

Essa lei foi uma das primeiras conquistas políticas da Rede na luta pela redução do uso de agrotóxicos. Vários políticos ficaram interessados pelas demandas apresentadas nas diversas campanhas e um novo marco legal foi aprovado para que alternativas não-químicas pudessem ser promovidas, desenvolvidas e adotadas. Como consequência direta da criação dessa lei,

o Ministério da Agricultura agora conduz o Programa Nacional de Controle Biológico de Pragas, que produz e torna disponíveis inimigos naturais de pragas agrícolas.

#### *Lei nº 28217, sobre o uso de agrotóxicos extrema e altamente perigosos*

Desde o ano 2000, uma das ações mais bem-sucedidas foi o completo banimento de todos os agrotóxicos definidos como extrema ou altamente perigosos para a saúde humana. A campanha nacional também visava a criação de mecanismos de controle envolvendo contaminação ambiental e saúde pública. Aprovada em maio de 2004, a lei trata do manejo de resíduos e recipientes, do controle de contaminação de alimentos e da vigilância epidemiológica nos casos de intoxicação. Embora não seja muito rígida no que se refere à proibição da importação ou do uso, essa lei oferece mecanismos participativos que permitem que se requeira a proibição de um produto específico.

#### *Lei para a promoção da agricultura orgânica*

Outro resultado das campanhas contra o uso de agrotóxicos é o recente surgimento de diferentes iniciativas legislativas, entre elas, as que promovem modelos agrícolas alternativos, o controle biológico de insetos-praga e ervas dan-

ninhas, o uso de *guano*<sup>1</sup>, ou o manejo orgânico em geral. A proposta mais completa foi a apresentada pela congressista Paulina Arpasi em setembro de 2004, cuja elaboração contou com a colaboração da RAAA e de muitos de seus membros. Por algumas de suas implicações técnicas e econômicas, a lei ainda não foi aprovada pelo governo e continua sendo discutida por organizações da sociedade civil e políticos.

A Rede pretende continuar atuando por meio de campanhas enquanto monitora a implementação das novas leis pelas autoridades e empresas que lidam com agroquímicos. Isso envolve o desenvolvimento e a validação de mecanismos que permitam a participação pública.

## Lições aprendidas

A experiência mostrou que, para atingir os objetivos mais amplos das organizações de desenvolvimento, é indispensável ter uma boa interação entre as atividades em nível local e as iniciativas de criação de políticas públicas. Esse movimento é facilitado quando se trabalha em redes, grupos de ação, consórcios ou organizações afins. Coordenação e ações conjugadas também contribuem para a inclusão de temas específicos na agenda política. A principal dificuldade está em manter o grau de participação ativa de todos os envolvidos. Portanto, é necessário ser muito criativo no que se refere à implementação de atividades. Uma boa dose de motivação é essencial para mobilizar organizações populares.

Exigem-se também altos padrões de liderança em nível institucional, assim como recursos humanos suficientes, para conseguir processos de mudança nas políticas públicas ligadas à agricultura sustentável. Essas ações devem ser constantes e contínuas. Além disso, a pressão política deve ser acompanhada passo a passo, ser facilmente compreendida e conduzida por todos os envolvidos e, finalmente, ser capaz de mostrar resultados concretos. Pelo fato de ter apresentado resultados positivos com a aprovação de uma série de novas regulamentações, as atividades da RAAA têm sido reconhecidas, tornando mais fáceis outras ações necessárias.

*\* Luis Gomero Osorio:*

*Rede de Ação para Alternativas ao Uso de Agroquímicos (RAAA).  
lgomero@raaa.org*

**A Rede pretende continuar atuando por meio de campanhas enquanto monitora a implementação das novas leis pelas autoridades e empresas que lidam com agroquímicos. Isso envolve o desenvolvimento e a validação de mecanismos que permitam a participação pública.**

<sup>1</sup> Adubo orgânico resultante da acumulação dos dejetos de aves marinhas.





Reunião de membros do Grupo de Agricultura Orgânica, em dezembro de 2005, Jaguariúna, SP

# A institucionalização da agricultura orgânica no Brasil

Katia Karam, M<sup>a</sup> Fernanda de A. C. Fonseca, Vainer Grizante Jr. e Yara M.C.Carvalho\*

**A**s normas e procedimentos para regular os mercados de produtos orgânicos no Brasil foram inicialmente estabelecidos pelas próprias organizações dos movimentos orgânicos nacionais no início da década de 80. Já os debates sobre a necessidade da instituição de uma legislação nacional sobre a matéria se iniciaram somente nos anos de 1988/89 e foram intensificados em 1991, com a publicação do regulamento técnico EC 2092/91 da Comunidade Económica Europeia, o maior mercado importador de produtos orgânicos do mundo na época.

A certificação de produtos é reconhecida internacionalmente como garantia da conformidade<sup>1</sup> orgânica, sendo a norma internacional ISO/IEC Guide 65 a base para a acreditação de organismos certificadores. No Brasil, antes mesmo de outros países da América Latina, a pressão pelo estabelecimento de normas oficiais para a certificação orgânica por parte de instituições que visavam o mercado exportador encontrou resistência de grupos e organizações preocupados com a exclusão de agricultores(as) familiares dos mercados e dedicados ao fortalecimento de relações mais próximas entre produtores e consumidores. Essa posição foi marcada em 1992, durante a 9<sup>a</sup> Conferência da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), em São Paulo. O Movimento de Agroecologia da América Latina e Caribe (Maela) se formou a partir desse momento, aglutinando defensores de processos de "Certificação Participativa", tais como o que já vinha sendo praticado pela Rede Ecovida de Agroecologia, no sul do Brasil.

<sup>1</sup> Avaliação da conformidade é um exame sistemático do grau de atendimento a requisitos específicos por parte de um produto, processo ou serviço.

Desde 1994, os movimentos orgânicos brasileiros vêm participando ativamente dos debates relacionados à regulamentação dos mercados dos produtos orgânicos, juntamente com representantes do setor privado e dos poderes executivo e legislativo. Na concepção desses movimentos, a escolha pela adoção de um critério único de avaliação da conformidade orgânica (a certificação), análogo ao sistema empregado na União Européia, seria inadequada aos agricultores(as) familiares brasileiros. Além dos altos custos pelo serviço de certificação, o sistema não se fundamenta nos vínculos de confiança estabelecidos entre produtores(as) e consumidores, desestimulando relações comerciais de longo prazo e as trocas de experiências, conhecimentos, saberes e sabores. Por outro lado, avalia-se que os sistemas participativos de garantia (SPGs)<sup>2</sup>, defendidos pelo movimento agroecológico, asseguram a conformidade segundo os princípios e as normas da agricultura orgânica tão bem ou melhor que o mecanismo de certificação convencional, baseado numa visita anual de um inspetor às propriedades para a simples conferência de notas fiscais de compra e venda e de outros registros das unidades produtivas.

Existem no mundo várias modalidades de sistemas participativos de garantia. Embora metodologias e processos variem, há grande convergência nos princípios centrais que orientam esses sistemas. A virtude deles está no fato de que são criados pelos próprios produtores e consumidores para atender às suas necessidades. Os SPGs são desenvolvidos segundo os contextos geográficos, políticos e de mercado em que seus criadores estão inseridos. Em face dessa convergência de princípios, os SPGs podem vir a favorecer o comércio dos produtos orgânicos entre países do Terceiro Mundo, desde que critérios flexíveis sejam adotados e regras claras sejam definidas.

## A criação do GAO e a regulamentação dos orgânicos no Brasil

O Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) foi criado a partir do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em 2002, com o objetivo de acompanhar, debater e influenciar a evolução do processo de definição do marco legal da agricultura orgânica no país. Composto por representantes de organizações e movimentos de agricultura orgânica no Brasil, o grupo se dedicou inicialmente ao acompanhamento do projeto de lei que propunha a regulamentação da agricultura orgânica e que tramitava no Congresso Nacional desde 1996.

No segundo encontro do grupo, o II ENGAO, realizado em abril de 2003, em Campinas (SP), foram elaboradas propostas ao texto original do projeto de lei. Essas propostas, encaminhadas ao relator do projeto na Câmara dos Deputados, foram quase integralmente incorpo-

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre os SPGs, ver o portal do Centro Ecológico ([www.centroecologico.org.br](http://www.centroecologico.org.br)).

**Existem no mundo várias modalidades de sistemas participativos de garantia.**

**Embora metodologias e processos variem, há grande convergência nos princípios centrais que orientam esses sistemas. A virtude deles está no fato de que são criados pelos próprios produtores e consumidores para atender às suas necessidades.**

radas e se consagraram em dezembro de 2003, com a promulgação da Lei 10.831.

Em 2004, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou a Câmara Setorial de Agricultura Orgânica (CSAO), um órgão consultivo do ministro que teve como atribuição inicial elaborar proposições para a regulamentação da Lei 10.831. A Câmara se organizou na forma de subgrupos temáticos que ficaram com a responsabilidade de formular propostas sobre suas respectivas áreas: produção vegetal; produção animal; processamento da produção; extrativismo sustentável; certificação; comercialização; estruturas governamentais; justiça social e certificação participativa. Os dois últimos temas, entretanto, só foram tratados no âmbito do GAO.

A partir disso, o GAO pactuou um cronograma de trabalho conjunto com representantes do Mapa e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Em um primeiro momento, as propostas sobre os diferentes temas foram elaboradas separadamente. Posteriormente, as sugestões dos subgrupos do GAO foram apresentadas e discutidas com representantes dos ministérios envolvidos.

A admissão legal da não obrigatoriedade da certificação em caso de venda direta dos produtos orgânicos por agricultores(as) familiares oficializou as diferentes práticas de avaliação de conformidade existentes no país e viabilizou o acesso aos programas de compra governamental a grupos de agricultores que optam por SPGs. As reflexões que perpassaram as discussões no GAO mostram que

**“(...) a lógica da certificação enquanto declaração de conformidade formalizada é, em alguma medida, estranha aos processos agroecológicos históricos, dos quais a geração de credibilidade é apenas um aspecto. Isso não significa a rejeição da certificação em si, por parte dos agricultores, dos agro-extrativistas, de suas organizações e das en-**

**tidades de assessoria; mas significa, sim, que pensar a certificação isoladamente, como exige a regulamentação da lei, demanda um outro tempo, que não se ajusta aos prazos negociados.”**

(Ribeiro, 2004).

Em 2005, uma comissão de sistematização trabalhou a minuta de regulamentação da lei, apresentando textos (decreto e instruções normativas) para discussão na Câmara Setorial de Agricultura Orgânica. Os principais pontos de desacordo foram votados e o texto final entrará em consulta pública, por 90 dias, em 2006.

## Considerações finais

O desafio dos movimentos orgânicos brasileiros, do setor privado e dos órgãos governamentais é o de promover amplo debate com a sociedade para aprimorar, na regulamentação da lei, o texto existente, considerando:

- o estabelecimento de critérios científicos, sociais, culturais, econômicos e políticos para as normas orgânicas de produção, que devem ser adaptadas a países tropicais e de baixa renda e tomar como base os princípios da agricultura orgânica e as diferentes normas internacionais (Codex, Ifoam). Não obstante, há de se ter como meta o aprimoramento contínuo no âmbito nacional e internacional, particularmente no que se refere à não exclusão da agricultura familiar e à proteção dos agroecossistemas;
- a aceitação no âmbito nacional dos diferentes mecanismos de avaliação da conformidade, em especial aos SPGs;
- a efetiva transversalidade entre as diferentes redes, os setores privados, os órgãos e ministérios, garantindo assim a regulamentação adequada dos sistemas participativos de garantia e do extrativismo sustentável, o apoio aos mercados locais, ao comércio justo, ético e solidário e ao consumo consciente;
- os compromissos estabelecidos entre os movimentos orgânicos nacionais e os representantes governamentais, no intuito de garantir a participação efetiva brasileira nos fóruns internacionais, levando posições que estejam de acordo com os consensos obtidos no país;
- a participação dos consumidores nas discussões e práticas de regulamentação, mas também o favorecimento da aliança produtores-consumidores, além da conscientização quanto às qualidades (sensoriais, de origem, sanitárias, biológicas, sociais, ambientais) dos produtos orgânicos.

Assim, levando em conta os pontos expostos, deve-se ter como meta conseguir estabelecer políticas que se coloquem para além dos regulamentos que normalizam as atividades ligadas à produção e comercialização dos produtos de qualidade diferenciada, como os orgânicos e os do comércio justo. Vale lembrar também a necessidade de aprimoramento das políticas educacionais, agrícolas e agrárias, de crédito, compras governamentais, pesquisa, assistência técnica, entre outras.

A capacidade de articulação e mobilização já demonstrada pelo GAO e sua inserção nos espaços institucionais servem como estímulo e lhe dão credenciais para permanecer atuando no processo de regulamentação da agricultura orgânica no país. Na institucionalização dos SPGs, a colaboração efetiva dos movimentos sociais e das empresas junto aos ministérios e outros órgãos públicos será fundamental para dar seqüência ao processo de transformar as práticas em políticas públicas.

No âmbito latino-americano, os desafios consistem em socializar e estimular a troca de experiências e informações para facilitar o comércio orgânico entre países que utilizam os SPGs. Uma estratégia a ser implementada é a interface entre as ações do Maela e do Grupo da América Latina e Caribe (Galci) da Ifoam na busca por uma agenda comum.

**\* Katia Karam:**

*colaboradora independente da Rede Cerrado  
katia\_karam@hotmail.com*

**M<sup>a</sup> Fernanda de A. C. Fonseca:**

*Empresa de Pesquisa Agropecuária  
do Rio de Janeiro PESAGRO-RIO/EENF  
ffonseca@netflash.com.br*

**Vainer Grizante Jr.:**

*União Certificadora para o Controle de Conformidade  
de Produtos, Processos e Serviços  
vainer.grizante@uciee.org*

**Yara M. Chagas de Carvalho:**

*Instituto de Economia Agrícola - SP  
yacarvalho@iea.sp.gov.br*

## Referências

MEDAETS, JP.; FONSECA, M. F. de A. C. *Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional*. Brasília; NEAD, 2005. 99 p. Série NEAD Estudos 9.

RIBEIRO, C. de B. *Certificação participativa em rede: uma proposta para o Brasil*. Relatório Parcial. Proposta a ser submetida ao Grupo de Trabalho de Certificação Participativa. Niterói: GAO – GTCPR/ ABIO, 2004. Disponível em: cert.ativa@grupos.com.br. Acesso em: 20 out. 2004.

# A criação de uma faculdade de ciências da agricultura orgânica

Holger Mittlestrass\*

**A** cidade de Witzenhausen, no estado de Hessen, no centro da Alemanha, tem longa tradição em educação agrícola. Já em 1898 havia sido fundada uma escola dedicada ao estudo da agricultura tropical e subtropical, cujo objetivo era formar especialistas nesse campo para trabalhar nos países colonizados pela Alemanha. Desde 1971, a cidade abriga a Faculdade de Agronomia, Desenvolvimento Rural Internacional e Prote-

ção Ambiental, que faz parte da Universidade de Kassel. A partir de 1995, a faculdade se voltou completamente da agricultura convencional para a orgânica e se autodenominou Faculdade de Ciências da Agricultura Orgânica. O curso inclui, atualmente, vinte disciplinas que desenvolvem pesquisa e educação em manejo orgânico, sem guardar nenhum vestígio de atividades da agricultura convencional. No âmbito mundial, esse é um exemplo único.



Foto: autor

Estudantes analisando a viabilidade de cultivo orgânico durante uma viagem a campo

## Uma mudança contínua

A agricultura alemã passou por mudanças drásticas no curso dos últimos 50 anos. Entre 1950 e 1995, os gastos com alimentação caíram de 50 para 15% da renda da família média alemã. Entre 1975 e 1995 o orçamento da União Européia para a agricultura subiu de 20 para 40 bilhões de euros. Simultaneamente, por volta de 60% dos estabelecimentos agrícolas desapareceram no país. O uso do solo agrícola, sobretudo nas regiões menos favorecidas, decaiu vertiginosamente e somente uma pequena porcentagem da população permanece empregada na agricultura. Como resultado de métodos agrícolas de produção intensiva, o país atualmente enfrenta sérios problemas ambientais: aumento da erosão do solo, perda na biodiversidade e poluição da água pelo uso de adubos nitrogenados e agrotóxicos. Esses processos não se restringem à Alemanha ou à Europa. São fenômenos presentes em todo o mundo. Portanto, não é de se estranhar que a demanda por um modelo de desenvolvimento sustentável tenha adquirido cada vez mais importância no debate internacional, pelo menos desde a divulgação do Relatório Brundtland e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, onde dirigentes de 178 países assinaram a Agenda 21.

Seja pelos benefícios ambientais, seja pelas novas oportunidades de empregos gerados nas áreas rurais, em todo o mundo, bem como na Alemanha, muitos cientistas clamam por mudanças no atual modelo de uso do solo ao defenderem a agricultura orgânica. Não há como negar que, nos últimos anos, o manejo orgânico, e com ele o mercado de trabalho para especialistas da área, cresceu rapidamente, estimulado pela grande demanda dos consumidores e também pelas iniciativas de políticas nacionais e internacionais. Atualmente, a política agrícola da União Européia oferece aos países-membros a possibilidade de apoio ao cultivo e à comercialização de produtos orgânicos. Assim, alguns países, como a Dinamarca, Itália e Alemanha, têm desenvolvido planos especiais de ação para apoiar o manejo orgânico. Agricultores recebem subsídios especiais para converter seus métodos de plantio e adotarem manejos orgânicos. Como resultado, a Alemanha possui atualmente quase 17 mil propriedades agrícolas orgânicas certificadas, que cultivam 770 mil hectares, o que representa 4,5% da terra agricultável do país.

## Mudanças nos currículos

A cidade de Witzenhausen é um exemplo único de desenvolvimento curricular que partiu de um processo gerado de baixo para cima. Durante a década de 70,

**(...) alguns países, como a Dinamarca, Itália e Alemanha, têm desenvolvido planos especiais de ação para apoiar o manejo orgânico. Agricultores recebem subsídios especiais para converter seus métodos de plantio e adotarem manejos orgânicos. Como resultado, a Alemanha possui atualmente quase 17 mil propriedades agrícolas orgânicas certificadas, que cultivam 770 mil hectares, o que representa 4,5% da terra agricultável do país.**

depois da crise internacional do petróleo e de diversos escândalos ambientais, surgiu na Alemanha um forte movimento anti-nuclear e naturalista. Embora naquela época existissem apenas cerca de 400 propriedades orgânicas no país, os estudantes da área da agricultura exigiram aulas sobre agricultura orgânica. Eles fizeram manifestações dentro da faculdade, nos principais gabinetes da universidade e diante do Ministério de Educação Superior do estado de Hessen. Escreveram cartas para muitas organizações ligadas à agricultura pedindo apoio e organizaram reuniões com membros da faculdade e com o reitor da universidade. Por dispor de recursos suficientes na época, a universidade de Kassel reagiu positivamente, concedendo à faculdade uma cadeira adicional em "Métodos de Agricultura Alternativa". Essa disciplina teve início em 1981, oferecendo matérias eletivas aos estudantes, além, de uma fazenda experimental para a prática da agricultura orgânica. Logo em seguida, foi contratado um professor especializado em manejo orgânico animal.

Os alunos continuavam sendo obrigados a assistir a várias matérias que seguiam as abordagens da agricultura convencional e por isso pediram que fosse incluído no currículo um curso especial em agricultura orgânica. Essa demanda foi atendida em 1993, após ter gerado diversos debates dentro da faculdade. Além do enfoque em agricultura orgânica, um novo conceito holístico de aprendizado e ensino foi desenvolvido e testado, tornando-se tão popular, que em 1996, a faculdade introduziu um curso completo em agricultura orgânica, que conferia o grau de bacharel em Ciências, assim como um mestrado. Dessa forma, a educação em agricultura na universidade se transformou em educação em agricultura orgânica, com um

currículo que incluía outros métodos de ensino que complementavam as aulas, tais como cursos multidisciplinares, aulas práticas obrigatórias e atividades de trabalho em grupo. Em 2002, a faculdade introduziu um segundo curso de mestrado (Agricultura Ecológica Internacional), ensinado em inglês, para atender a demanda internacional por cursos de base científica em agricultura orgânica voltados para climas tropicais e subtropicais. Em 2006, a faculdade deve oferecer um terceiro curso de mestrado (Comércio Internacional de Alimentos e Estudos Sobre o Consumo), também ministrado em inglês, abordando assim toda a cadeia alimentar orgânica.

## Estrutura geral

Um dos requisitos para ser aceito na faculdade é passar por um período de pelo menos três meses de aulas práticas numa fazenda. O grau de bacharelado requer dois anos de matérias básicas sobre ciências naturais e agricultura. Essas matérias são estruturadas em módulos de 180 horas cada, que devem ser completados ao final de um semestre, o que permite que os alunos possam cursar um semestre em outra universidade. No total, são 16 módulos obrigatórios, todos considerando princípios orgânicos em diferentes formas. Além de um módulo específico em ecologia e agroecossistemas, existem módulos que tratam sobre a produção de gêneros alimentícios com foco na rotatividade dos cultivos ou no uso de adubo orgânico, descartando o uso de agrotóxicos ou de fertilizantes químicos. Há também módulos voltados para a produção animal que enfatizam formas apropriadas de alojamento, alimentação e garantia do bem-estar animal. O curso é estruturado de tal maneira que, ao seu final, todos os estudantes cobrem cinco campos temáticos (que tratam sobre aspectos ecológicos, das plantas, dos animais, econômicos e sociais), propiciando uma perspectiva interdisciplinar que verdadeiramente reflete a agricultura orgânica.

**Após esse período de estudos básicos, os alunos têm diversas opções de especialização, com sete módulos eletivos. O exame de bacharelado consiste numa tese, que deve ser elaborada em dois meses, com uma pesquisa específica sobre um tema de livre escolha e um teste oral. Mais tarde, depois dessa primeira graduação, eles podem continuar com um curso de mestrado ensinado em alemão, cujo foco é agricultura alemã e européia, ou um mestrado em inglês, voltado para agricultura e desenvolvimento rural internacional. Os estudantes devem concluir 12 módulos**

**em três semestres. A avaliação final requer a elaboração de uma tese em cinco meses e um teste oral.**

## Objetivos e métodos de aprendizagem

O objetivo principal da faculdade é o desenvolvimento de soluções voltadas para um local específico com o uso mínimo de recursos não-renováveis, com ênfase especial na manutenção dos ciclos de nutrientes, na criação de uma relação balanceada entre áreas (paisagem natural) produtivas e “não-produtivas” e no estabelecimento de um vínculo entre a prática agrícola, o mercado regional e o desenvolvimento rural. Os objetivos do aprendizado de todos os cursos incluem o aumento de conhecimento científico e de habilidades práticas. Assim, o aluno aprende a conhecer e valorizar os ciclos da natureza e a pensar de forma interdisciplinar, para que esteja apto a agir de maneira responsável, a exercitar habilidades comunicacionais, pedagógicas e organizacionais, além de trabalhar cientificamente.

Novos métodos de ensino e aprendizagem foram introduzidos para que todos esses objetivos sejam alcançados. Por exemplo, os alunos têm que apresentar palestras e escrever relatórios científicos sobre temas especiais. Devem também organizar e ministrar seminários tutoriais com o apoio de um professor, escrever resenhas consistentes sobre seminários ou organizar excursões ou conferências que abordem temas específicos. Espera-se que, com essa reforma no aprendizado e ensino, os alunos possam não só obter conhecimento, mas também outras habilidades que lhes serão úteis para o seu futuro profissional. Os alunos devem trabalhar num estudo de caso de maneira metodologicamente clara e especificamente disciplinar, sendo avaliados por suas capacidades de trabalho em equipe, seu pensamento interdisciplinar e sua iniciativa para a solução de problemas.

Durante os dois últimos semestres do curso de bacharelado, muitos estudantes participam de um projeto de conversão de uma fazenda. Nesse projeto, agricultores da região que utilizam manejo convencional e que estão interessados em produzir organicamente concordam em trabalhar em conjunto com um grupo de estudantes pelo período de um ano. Juntos, analisam a propriedade e fazem um planejamento realista para a conversão produtiva do sistema.

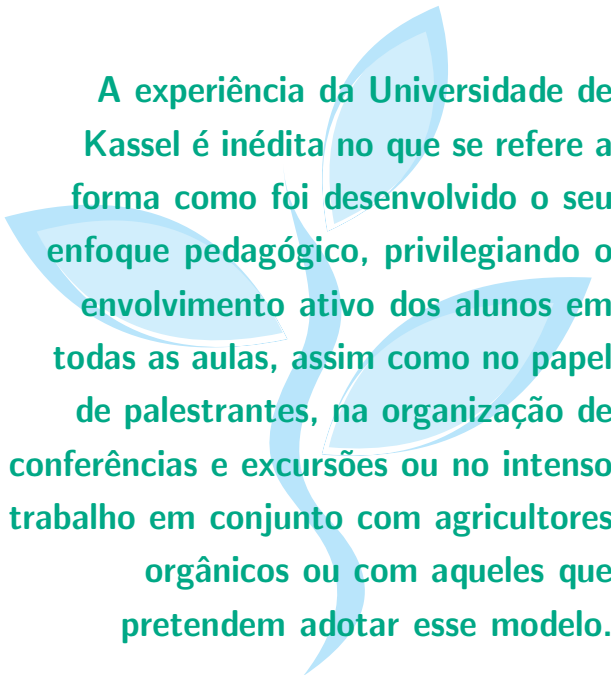
Adicionalmente, ocorrem duas atividades especiais na metade de cada semestre. No verão, ocorrem excursões de duração de uma semana para que os estudantes conheçam a agricultura orgânica praticada em outros países. A escolha do país a ser visitado, o destino e os

temas ou tópicos específicos a serem estudados são decididos pelos próprios alunos no início do semestre de inverno. Toda a excursão é organizada e conduzida pelos estudantes. O mesmo ocorre na conferência realizada no meio do semestre de inverno. No início do semestre de verão, os alunos decidem qual o tema que desejam tratar. Um grupo de cerca de dez alunos prepara a conferência, inclusive a captação dos recursos. Assim como a participação em outras atividades, a contribuição dos alunos nesses diferentes projetos também é levada em conta na sua avaliação.

## Controle de qualidade

Durante o projeto-piloto, entre 1995 e 1999, o curso foi intensamente avaliado. Questionários passados a ingressantes no curso mostraram que houve um aumento no número de alunos com pouca experiência em agricultura ou na atividade agrícola propriamente dita (cerca de 75%), o que demonstrou que era preciso dedicar mais atenção aos aspectos práticos da agricultura. Discussões com alunos e com diferentes especialistas revelaram a necessidade de focar o curso no desenvolvimento de competências para o trabalho autônomo no ramo da agricultura orgânica. Houve também discussões sobre o mercado de trabalho dessa atividade que identificaram que era preciso aprofundar as habilidades técnicas e não só o conhecimento científico. Avaliações feitas mais adiante mostraram que os alunos apreciam os novos métodos de aprendizagem e as habilidades que adquirem. Estudos de acompanhamento apontaram para o fato de que cerca de um terço dos que concluíram o curso continuam na prática agrícola, enquanto outro terço se dedica a vários serviços, como a prestação de consultorias, o trabalho em associações de produtores ou em órgãos de controle. No total, mais de 30% de todos os formados trabalham diretamente com agricultura orgânica, como agricultores, consultores ou na comercialização.

A experiência da Universidade de Kassel é inédita no que se refere à forma como foi desenvolvido o seu enfoque pedagógico, privilegiando o envolvimento ativo dos alunos em todas as aulas, assim como no papel de palestrantes, na organização de conferências e excursões ou no intenso trabalho em conjunto com agricultores orgânicos ou com aqueles que pretendem adotar esse modelo. Assim, promove um intercâmbio regular com representantes do mercado de trabalho da agricultura orgânica e, com a organização de tantas capacitações e viagens a campo sobre assuntos específicos, fortalece os vínculos entre teoria e prática. Atendendo a diversos pedidos vindos de outros países, a faculdade também intensificou suas atividades internacionais com universidades parceiras de todo o mundo, realizando pesquisas em comum e



**A experiência da Universidade de Kassel é inédita no que se refere a forma como foi desenvolvido o seu enfoque pedagógico, privilegiando o envolvimento ativo dos alunos em todas as aulas, assim como no papel de palestrantes, na organização de conferências e excursões ou no intenso trabalho em conjunto com agricultores orgânicos ou com aqueles que pretendem adotar esse modelo.**

programas de intercâmbio de alunos. Isso tudo proporciona um conhecimento sólido e uma visão holística da agricultura aos alunos, que também adquirem qualificações sociais de grande importância, tais como habilidades de comunicação, organização e pedagogia. Esse contexto também facilita a evolução contínua das perspectivas e abordagens da universidade em relação à agricultura de modo geral.

**\* Holger Mittelstrass:**  
coordenador de estudo,  
Faculdade de Ciências da Agricultura Orgânica  
Universidade de Kassel, Alemanha.  
mittelst@wiz.uni-kassel.de

### Referências:

DABBERT, S. Support of organic farming as a policy instrument for resource conservation. In.: ISART, J (Ed.); LLERENA, J.J. (Ed.) *Resource Use in Organic Farming. Proceedings of the Third ENOF Workshop*. Ancona, Italy, 1997.

LAMPKIN, N.; WEINSCHENCK, G. Organic Farming and agricultural policy in western Europe. In.: ØSTERGAARD, T. (Ed.): *Fundamentals of Organic Agriculture*. Ökozentrum Imsbach, Tholey-Theley, Germany, 1996.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. *Our Common Future: The Brundtland Report*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press, 1987.

# Gestão participativa dos recursos pesqueiros na várzea amazônica

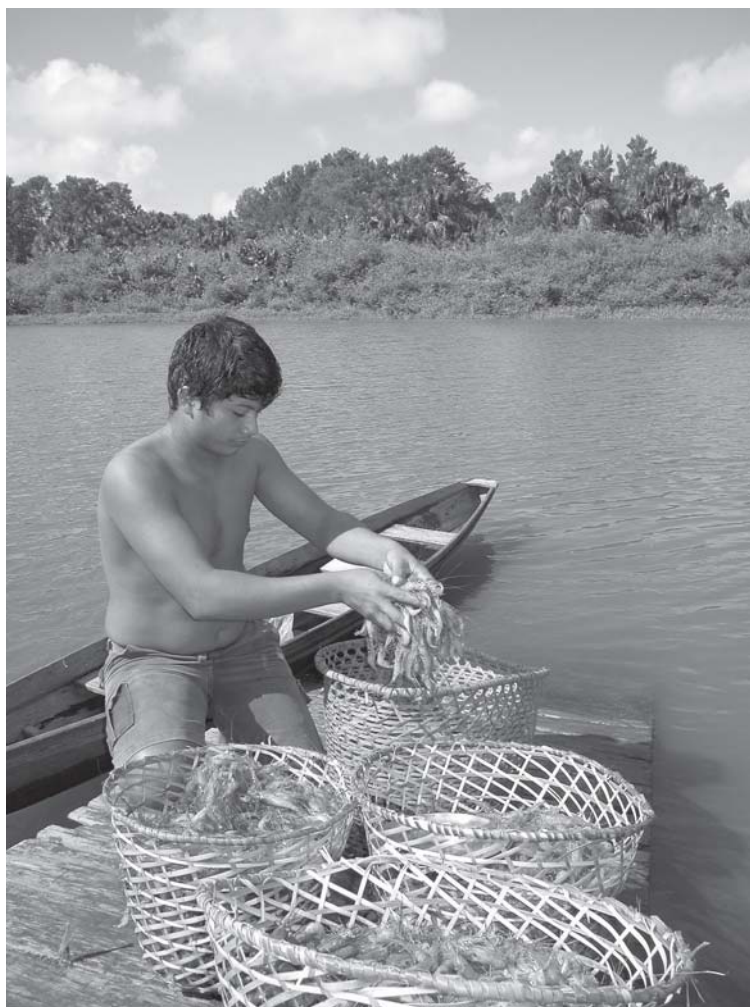


Foto: Banco de Imagens ProVárzea / Ibama

Figura 1: Pesca do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) em Gurupá (PA)

Marcelo Bassols Raseira, Evandro Pires Leal Câmara e Mauro Luis Ruffino\*

**A** pesca na Amazônia se caracteriza pela riqueza de espécies exploradas, pela quantidade de pescado capturado e pela dependência da população local por essa atividade. Ao longo dos últimos 40 anos, as bases da economia ribeirinha sofreram profundas modificações, com a intensificação da pesca comercial a partir dos anos 70, o declínio da agricultura como atividade principal e a expansão da pecuária na várzea. A grande transferência de mão-de-obra

da agricultura para a pesca comercial, somada à demanda crescente de pescado pelos mercados nacionais e internacionais e à introdução de novas tecnologias de pesca (barcos motorizados, caixas de gelo, redes de nylon etc.), resultou no aumento da exploração dos estoques pesqueiros da região, prejudicando os pescadores residentes nas comunidades de várzea. Essa situação levou ao surgimento de inúmeros conflitos sociais, em função da disputa pela utilização dos recursos pesqueiros.



Para reverter esse quadro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vem executando, desde 2001, o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea). O objetivo é contribuir para a elaboração de políticas públicas que promovam e regulem a gestão coletiva dos recursos pesqueiros e favoreçam o desenvolvimento de sistemas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais da várzea dos rios Solimões e Amazonas (Fig. 2).

## Projetos inovadores inspiram políticas

O ProVárzea adotou como enfoque estratégico principal o fortalecimento de organizações de base por meio da promoção e apoio a projetos que funcionem como catalisadores de mudanças nos locais em que são executados, mas que também gerem metodologias e lições passíveis de replicação em outras áreas e regiões.

Além disso, os projetos implementados têm o objetivo de desenvolver e testar sistemas inovadores de manejo dos recursos naturais da várzea que sejam econômica, social e ambientalmente sustentáveis. Por meio de seu “Componente de Iniciativas Promissoras”, o ProVárzea/Ibama viabiliza o financiamento de subprojetos que estejam dentro de seu foco de atuação, além de acompanhar, monitorar e prestar consultoria técnica no desenvolvimento dos mesmos. Atualmente, são 24 subprojetos em execução em 32 municípios dos estados do Pará e Amazonas e que abrangem um amplo leque de temáticas, todas

**Atualmente, são 24 subprojetos em execução em 32 municípios dos estados do Pará e Amazonas e que abrangem um amplo leque de temáticas, todas diretamente relacionadas ao intuito de reduzir a pressão sobre os estoques pesqueiros. Dentre elas, estão: ecoturismo; manejo dos recursos pesqueiros em lagos; fortalecimento de organizações de base; educação ambiental indígena; manejo florestal comunitário com ou sem fins madeireiros; agricultura e pecuária; manejo de quelônios; criação de abelhas sem ferrão e reflorestamento.**

diretamente relacionadas ao intuito de reduzir a pressão sobre os estoques pesqueiros. Dentre elas, estão: ecoturismo; manejo dos recursos pesqueiros em lagos; fortalecimento de organizações de base; educação ambiental indígena; manejo florestal comunitário com ou sem fins madeireiros; agricultura e pecuária; manejo de quelônios; criação de abelhas sem ferrão e reflorestamento.

Quadro 1 – Projetos de âmbito comunitário apoiados pelo ProVárzea/Ibama

*Manejo comunitário dos recursos florestais e de pesca em áreas de várzea no município de Gurupá (PA), executado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) de Gurupá.*

*Sistema integrado de produção terra-água, em Parintins (PA), desenvolvido pelo Grupo Ambiental Natureza Viva (Granav).*

*Apoio a iniciativas comunitárias de gestão integrada dos recursos naturais de várzea, implementado pela Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha de São Salvador (Ataiss).*

*Reflorestamento de áreas degradadas na região de Itaquí e Ilha de São Miguel, conduzido pela Associação de Mini e Pequenos Produtores e Agricultores de Aracampina (Ampa).*



Figura 2: Vista aérea da várzea do rio Amazonas, próximo a Santarém (PA)

As iniciativas promovem ainda a aproximação dos órgãos governamentais com a comunidade, criando novos canais de participação cidadã da população ribeirinha. Dos projetos apoiados pelo ProVárzea, doze se referem diretamente ao manejo participativo dos recursos pesqueiros. São projetos com distintas abrangências que envolvem as comunidades organizadas em diferentes escalas. Na escala local, com apoio a iniciativas comunitárias de controle da pesca em lagos de várzea (ver Quadro 1). Em âmbito municipal, apoiando ações em Santarém (PA), Silves (AM) e Fonte Boa (AM). Na escala regional, abrange todo o baixo Amazonas, desde a fronteira do estado do Pará com o Amazonas até as proximidades do estuário do rio Amazonas, no município de Gurupá (PA).

## Da ação local às políticas públicas

As experiências apoiadas pelos projetos de âmbito local têm mobilizado diretamente as comunidades e geram resultados concretos no que se refere à recuperação de estoques pesqueiros e à melhoria dos meios de vida das populações envolvidas. Em Fonte Boa (AM), a população de pirarucu (*Arapaima gigas*) já aumentou em 360% desde o início das atividades há três anos. Em Gurupá (PA), com a disseminação de métodos inovadores de manejo de pesca do camarão (*Macrobrachium amazonicum*), a renda das famílias pescadoras foi incrementada em 55%. Simultaneamente, verificou-se a diminuição da pressão de pesca sobre

a população da espécie com a redução em 41% do número de armadilhas para a sua captura (Fig. 1)<sup>1</sup>.

Além da conservação dos estoques e da mobilização social, esses projetos têm possibilitado a disseminação das tecnologias desenvolvidas por meio de intercâmbios entre os pescadores de diferentes áreas e municípios. Por outro lado, apresentam limitações em sua escala de influência. Seus efeitos irradiam-se na escala de uma comunidade, de um lago ou de uma região de um município.

**Quando atingem o âmbito municipal e regional, porém, os projetos têm maiores dificuldades para manter o envolvimento ativo das organizações de base. No plano municipal, operam por meio de representações de comunidades ou de grupos. Por outro lado, apresentam melhores condições de influenciar as políticas públicas que regulam mais amplamente o setor pesqueiro na Amazônia, já que estimulam o surgimento de lideranças capazes de atuar de forma qualificada nos projetos em nível municipal e regional. Ao mesmo tempo, essas mesmas lideranças têm condições de favorecer as ações locais. Além disso, as experiências mais abrangentes propiciam o estabelecimento de parcerias entre instituições de base e os órgãos públicos, facilitando o encaminhamento de demandas sociais, econômicas e ambientais das populações ribeirinhas.**

Qualquer que seja a escala de abrangência social e geográfica, a estratégia do ProVárzea/Ibama é apoiar ações simultâneas que estimulem o desenvolvimento de alternativas sustentáveis para o manejo pesqueiro por meio de processos de construção social e política que venham de baixo para cima.

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre essa experiência, veja artigo no V.2, nº 4 de Agriculturas.

## Os acordos de pesca

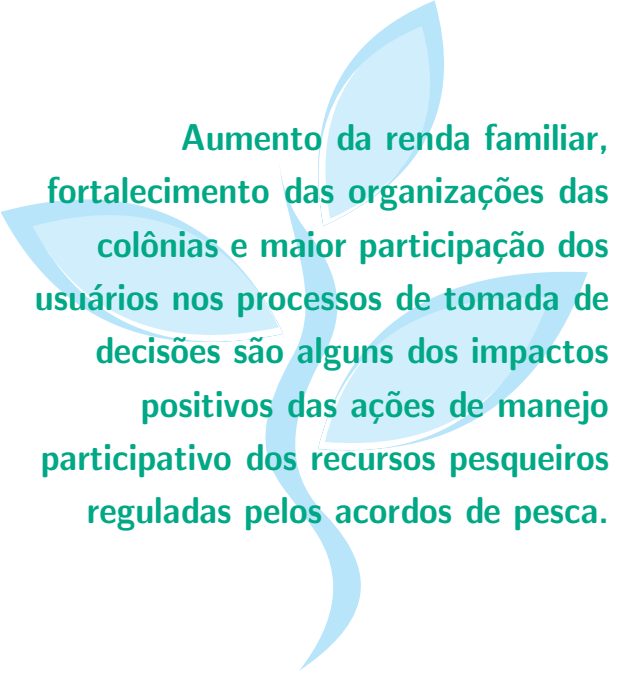
Acordo de pesca é um mecanismo de ordenamento e regulamentação participativa da gestão dos recursos pesqueiros, cujo principal objetivo é a estabilização ou a redução da pressão sobre os estoques de pesca e o aumento da produtividade da pesca em longo prazo (Santos, 2005). O processo de elaboração dos acordos de pesca deve atender a regras especificadas na Instrução Normativa nº 29, publicada pelo Ibama em 31/12/2002. Uma vez negociados, os acordos são publicados oficialmente, passando a ser reconhecidos pelo Instituto.

Movimentos sociais e ONGs já estavam envolvidos em processos de elaboração dos acordos de pesca antes mesmo da oficialização desse método pelo Ibama. A ação do ProVárzea se deu no sentido de consolidar essa experiência anterior da sociedade civil. Os resultados práticos dos projetos apoiados pelo Ibama têm sido inspiradores para a formulação de propostas de gestão de recursos pesqueiros incorporadas nos acordos. Além disso, o programa capacita técnicos do próprio Ibama, de instituições estaduais de meio ambiente e de ONGs para que assessorem organizações comunitárias.

## Alguns aprendizados

Aumento da renda familiar, fortalecimento das organizações das colônias e maior participação dos usuários nos processos de tomada de decisões são alguns dos impactos positivos das ações de manejo participativo dos recursos pesqueiros reguladas pelos acordos de pesca. Entretanto, se o estoque pesqueiro da bacia amazônica é considerado como um todo, percebe-se que o alcance das ações é ainda limitado. Como observado por Isaac & Cerdeira (2004), os principais efeitos dos acordos de pesca até o momento têm sido a redução dos conflitos entre os pescadores, uma vez que eles participam diretamente na formulação das propostas de manejo que visam atender aos seus próprios interesses concretos. Os acordos também têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento de comunidades pesqueiras e contribuído para a descentralização dos procedimentos de gestão dos recursos naturais.

O ProVárzea/Ibama acredita que a participação da população, integrada como agente ativo na administração dos processos de desenvolvimento, favorece a tomada descentralizada de decisões. Isso



**Aumento da renda familiar, fortalecimento das organizações das colônias e maior participação dos usuários nos processos de tomada de decisões são alguns dos impactos positivos das ações de manejo participativo dos recursos pesqueiros reguladas pelos acordos de pesca.**

implica na sua intervenção direta na produção de conhecimento da realidade, no planejamento, na execução, no controle, na avaliação e no redimensionamento das ações a partir das demandas locais. Contudo, a participação da sociedade nesse processo somente se dará de forma efetiva se ela se estiver organizada e legitimamente representada por suas organizações nas instâncias de tomada de decisões.

*\* Marcelo Bassols Raseira:*

*marcelo.raseira@ibama.gov.br*

*Mauro Luis Ruffino:*

*mauro.ruffino@ibama.gov.br*

*Evandro Pires Leal Câmara:*

*evandro.camara@yahoo.com.br*

*Técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) Maiores informações sobre o projeto podem ser encontradas no site: [www.ibama.gov.br/provarzea](http://www.ibama.gov.br/provarzea)*

## Referências

ISAAC, V. J.; CERDEIRA, R. G. P. *Avaliação e Monitoramento de Impacto dos Acordos de Pesca – Região Médio Amazonas*. Manaus: ProVárzea/Ibama, 2004.

SANTOS, M. *Aprendizados do Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea – ProVárzea*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. Série Estudos 4. 53p.

Pescadores artesanais  
de Santarém (PA)



Anna Cecilia Cortines,  
Denise Valeria Lima Pufal, Klinton  
Senra, Odair Scatolini, Silvana Bastos  
e Zará Augusto Brum Soares\*

# Projetos demonstrativos e políticas públicas: os desafios da invenção do presente

*“Nos fenômenos coletivos contemporâneos, se entrelaçam muitos significados. Só uma sociedade aberta capaz de captar o impulso dos movimentos, através dos sistemas políticos de representação e tomada de decisão, pode fazer com que a complexidade e a diferença não sejam violentadas. Manter aberto o espaço para as diferenças é uma condição fundamental para a invenção do presente.”*

Alberto Melucci, Milão, junho/1990.

**M**unicípio de Santarém (PA), início da tarde. Orismar e seus companheiros da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Coroca preparam a ração com restos de peixe, farelo de mandioca e frutas produzidas em áreas de manejo agroflorestal. Essa ração é usada para alimentar tambaquis (*Colossoma macropomum*) e tartarugas, cujas criações têm contribuído para o aumento da renda e da segurança alimentar das famílias e para a conservação da biodiversidade na bacia do Rio Arapiuns.

Três Cachoeiras (RS), comunidade do Morro Azul. Como fazem duas vezes por mês, Jurema e suas companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) estão reunidas para produzir os elixires, pomadas e xaropes, com espécies fitoterápicas. Esses medicamentos são distribuídos gratuitamente para a população por mais de 100 grupos de mulheres que trabalham nas “farmacinhas” e atuam em dezenas de municípios do Rio Grande do Sul, gerando impactos positivos nas condições de saúde das famílias e contribuindo para a valorização de espécies nativas da região.

Araponga (MG), comunidade de Novo Horizonte. Paulinho e Seu Nenê explicam como funciona o fundo rotativo, que movimenta e disponibiliza recursos para a aquisição coletiva de terras por famílias cadastradas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais. Os recursos dos próprios agricultores,

que constituíram o fundo rotativo, viabilizaram a aquisição de uma antiga fazenda da região, o que resultou na formação da comunidade de Novo Horizonte, onde atualmente residem 28 famílias, vivendo da produção agroecológica de café.

Três experiências concebidas e implementadas por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, de base comunitária. Promovem o desenvolvimento sustentável construindo novas relações entre homens, mulheres, suas comunidades e a natureza que os cerca. Têm também em comum o fato de serem apoiadas pelo Ministério do Meio Ambiente por meio do Programa de Projetos Demonstrativos (PDA).

Os projetos apoiados pelo PDA vêm contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável mediante a disseminação de práticas socioambientais em comunidades e organizações parceiras pautadas em princípios como: empoderamento das famílias e comunidades; equidade no uso e distribuição dos recursos; respeito à capacidade de regeneração dos ecossistemas; enfoques sensíveis às especificidades de gêneros e gerações; transparência, descentralização e compartilhamento dos processos decisórios entre os envolvidos; fortalecimento de valores humanos, éticos e ambientais e valorização da cultura e sociobiodiversidade local.

## O Programa

Assim como os três exemplos apresentados, mais de trezentas experiências, desenvolvidas na Amazônia, na Mata Atlântica e em seus ecossistemas associados, recebem ou já receberam apoio do PDA.



Agricultores de Araponga (MG) envolvidos com a experiência de compra coletiva de terras

Foto: Arquivo PDA

O programa, implementado no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), é financiado principalmente pela Cooperação Técnica e Financeira Alemã e tem como meta central demonstrar, por meio de experiências inovadoras, a possibilidade efetiva de construção, em bases comunitárias, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável. Além disso, a partir dos aprendizados gerados por essas experiências, visa estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão, adaptação e incorporação dessas estratégias por outras comunidades, organizações e instituições governamentais.

Cabe ressaltar que o termo “experiências” se refere a ações concretas de organizações sociais colocadas em prática por produtores e produtoras rurais. Essas ações ainda têm merecido pouco apoio de políticas públicas, por não serem sistemas de produção consolidados, nem baseados em processos formais de pesquisa. O PDA foi concebido como incentivo ao agricultor(a)/pesquisador(a), que no seu dia-a-dia testa e descobre novas formas de produzir, interagindo de maneira sustentável com a fonte de recursos naturais que utiliza.



Foto: Arquivo PDA

Café orgânico produzido por agricultores de Araçuaia (MG)

Com esse espírito de valorização do conhecimento gerado a partir da prática, o PDA foi criado em 1995, entrando em operação em 1996. A sua formulação resultou de um processo de negociação envolvendo governo brasileiro, organismos de cooperação internacionais e organizações da sociedade civil brasileira, articuladas pelas redes de ONGs e Movimentos Sociais da Amazônia (Grupo de Trabalho Amazônico – GTA) e Mata Atlântica (Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA).

**O PDA nasce, portanto, com uma característica marcante: a centralidade do papel das organizações da sociedade civil. Esse aspecto do programa o diferencia de grande parte das ações do Estado, que em geral atribui às esferas econômica e governamental a responsabilidade pelas ações de promoção do desenvolvimento. O PDA tem como fundamento de sua concepção o entendimento de que é na esfera da sociedade civil que está parte significativa do campo de inovações socioambientais, base para a construção de processos de desenvolvimento pautados em novos paradigmas.**

## Resultados, Avanços e Limites

A partir do acúmulo gerado nesse período, grande parte das organizações parceiras, assim como a própria Secretaria Técnica, reconhecem os avanços que o “mecanismo” PDA, ou seja, o conjunto de normas e procedimentos que o compõem, representa. Já por ocasião de sua constituição, o PDA criou um mecanismo de gestão que permite compatibilizar o desafio de estabelecer normas administrativas transparentes e seguras e a necessidade de abrir espaço para a flexibilização de processos de execução física dos projetos apoiados, de acordo com as suas respectivas evoluções. Para tanto, instituiu uma Comissão Executiva, composta paritariamente por representantes do governo e das redes de ONGs e movimentos sociais da Amazônia e Mata Atlântica. Cabe a essa comissão a análise e julgamento dos projetos submetidos ao programa. Além disso, foi criado um mecanismo flexível de gestão financeira e de prestação de contas, contri-



Criatório de tartarugas em Santarém (PA)

buindo para a adaptação da gestão dos processos, facilitando repasses aos projetos e garantindo fluxos constantes de recursos, o que resultou em baixíssimos índices de desvio de finalidade.

Há um consenso também no que se refere aos impactos positivos, gerados pelos projetos apoiados pelo PDA, no fortalecimento institucional das organizações parceiras. Porém, da mesma forma, é quase consensual que o PDA ainda precisa cumprir a sua missão estratégica, parte central do seu objetivo, relacionada com a gestão do conhecimento produzido a partir das experiências apoiadas e da formulação de políticas públicas baseadas nesses conhecimentos.

Estudos realizados pelo Ministério do Meio Ambiente, Banco Mundial e GTZ (cooperação técnica alemã) apontam exemplos de sucesso na formulação de políticas públicas municipais, estaduais e federais a partir dos conhecimentos gerados pelos projetos do PDA. A experiência da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá (PA) proporcionou a implementação de acordos de pesca na região do baixo Tocantins, servindo como referência para a elaboração da Instrução Normativa 29 do Ibama, que reconhece os acordos de pesca em âmbito nacional<sup>1</sup>. A Associação Rural Juinense de Ajuda Mútua (Ajopam), localizada em Juína (MT), em função do Projeto Agroflorestal e Consórcio

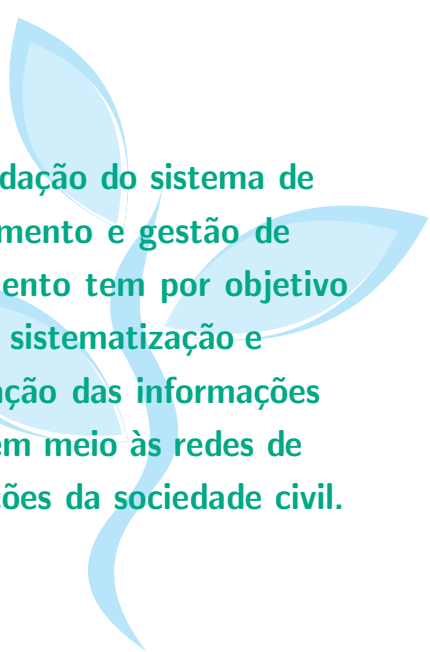
Adensado (Paca), teve sua proposta incorporada aos programas da prefeitura local, levando à disseminação dos sistemas agroflorestais em várias comunidades rurais daquele município. A Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), em Santa Catarina, influenciou, com seu projeto apoiado pelo PDA, o órgão ambiental do estado, que desburocratizou o sistema de licenciamento para o uso sustentável de produtos oriundos do manejo de florestas secundárias. O Centro Ecológico e o Movimento das Mulheres Camponesas da região do litoral norte gaúcho estabeleceram importantes parcerias com o go-

verno estadual do Rio Grande do Sul na elaboração de programas de beneficiamento e comercialização da produção agroecológica e de disseminação do uso de espécies fitoterápicas para o tratamento de doenças em comunidades rurais de vários municípios daquele estado.

**Os exemplos demonstram que as cadeias de influência que resultam na formulação dessas políticas variam de acordo com as especificidades dos contextos em que se inserem. Em geral, são as organizações proponentes dos projetos, a partir do acúmulo de conhecimento em suas áreas de atuação e da ampliação de sua capacidade de interlocução com redes de atores locais, que mobilizam capital político e social, fazendo com que experiências pontuais de sucesso repercutam e entrem na agenda de movimentos locais e regionais. Assim, pode-se dizer que os processos envolvendo negociação e pressão popular acabam gerando diretrizes, leis, projetos e programas de governo.**

Hoje, após dez anos de caminhada, os maiores desafios propostos para o programa estão relacionados com: a ampliação da escala de impacto dos projetos,

<sup>1</sup> Ver mais a respeito no artigo da página 32.



## A consolidação do sistema de monitoramento e gestão de conhecimento tem por objetivo facilitar a sistematização e disseminação das informações geradas em meio às redes de organizações da sociedade civil.

que na sua grande maioria permanece envolvendo um número pequeno de famílias e/ou comunidades; o aumento da visibilidade das experiências, em nível microrregional e nacional, que na sua maioria não trabalha de forma estratégica a gestão do conhecimento e da informação; e, finalmente, o estabelecimento de canais de comunicação para que esse conhecimento gerado se efetive no aperfeiçoamento e formulação de políticas públicas.

### Novos horizontes

Considerando esses desafios, o PDA, aqui entendido como a Secretaria Técnica e o conjunto de parceiros envolvidos nos projetos, vem avançando na formulação de novas estratégias. Na perspectiva de ampliar os impactos e a visibilidade dos projetos em nível microrregional, estamos trabalhando para a articulação e integração dos mesmos em “territórios” formados a partir da identificação de áreas onde há concentração de projetos. Esse enfoque será a base para a construção das estratégias de monitoria, articulação com outros programas governamentais e intercâmbio entre as organizações envolvidas. A consolidação do sistema de monitoramento e gestão de conhecimento tem por objetivo facilitar a sistematização e disseminação das informações geradas em meio às redes de organizações da sociedade civil. Além disso, busca estabelecer um processo horizontal de produção e difusão de conhecimento, contribuindo para a concretização, articulação e fortalecimento de ações coletivas de negociação de políticas públicas. Por fim, o aperfeiçoamento contínuo das estratégias de comunicação deve fortalecer os vínculos e a interlocução com outras instâncias de governo.

Porém, para que esses desafios sejam realmente superados, é fundamental que as entidades e os movimentos sociais que participaram do processo de elaboração da proposta do Programa de Projetos Demonstrativos, assim como as organizações que hoje são nossas parceiras na implementação dos projetos, enxerguem-no como um programa estratégico na construção de mudanças no cenário das políticas socioambientais locais, estaduais e nacionais, e não apenas como um mero instrumento de fomento a projetos pontuais.

*\* Anna Cecília Cortines:  
secretária técnica adjunta do PDA*

*Denise Valeria Lima Pufal:  
consultora da Cooperação Técnica Alemã*

*Klinton Senra; Odair Scatolini;  
Silvana Bastos e Zará Augusto Brum Soares:  
técnicos da Secretaria do PDA*

### Referências:

LITTLE, PAUL E. *Projetos Demonstrativos - PDA: sua influência na construção do Proambiente*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 63p.

MELUCCI, A. *A Invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Subprograma Projetos Demonstrativos, Experiências PDA nº 04. Estudos da Mata Atlântica: avaliação de doze projetos PDA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 80p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Subprograma Projetos Demonstrativos, Experiências PDA nº 05. Estudos da Amazônia: avaliação de vinte projetos PDA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 80p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Coordenação da Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Subprograma Projetos Demonstrativos, PDA 5 Anos. Uma Trajetória Pioneira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. 130p.



# Publicações



## **CRISE socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios e formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola.**

ALMEIDA, Sílvia; PETERSEN, Paulo; CORDEIRO, Ângela. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 121p.

Propõe um conjunto de diretrizes ambientais para as políticas públicas voltadas para a agricultura brasileira. Fundamenta as sugestões em exemplos concretos de promoção da agricultura sustentável no Brasil e no mundo. Embora o texto tenha sido elaborado em 1996, por solicitação do Ministério do Meio Ambiente, e muitos outros exemplos de maior alcance social e político tenham sido desenvolvidos desde então, o texto mantém a sua atualidade, sobretudo no que se refere à análise crítica sobre os principais elementos constitutivos da crise socioambiental do mundo rural brasileiro e ao elenco apresentado de condições políticas, técnicas e metodológicas necessárias para o desenvolvimento e a consolidação da agricultura sustentável no Brasil.



## **MARCO referencial em agroecologia.**

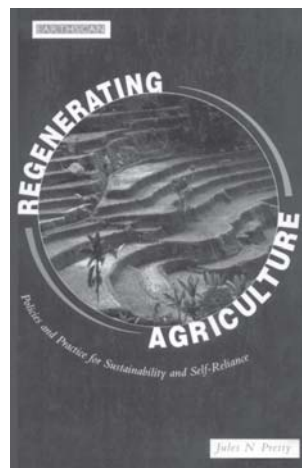
EMBRAPA, fev.2006. 30p.

O documento é o resultado de um processo em curso na Embrapa destinado a internalizar o enfoque agroecológico na empresa. Apresenta proposições relacionadas ao embasamento conceitual e metodológico que deverão nortear a continuidade dos debates e das ações práticas, no sentido de fazer avançar a investigação agroecológica nas unidades de pesquisa da Embrapa. Apresenta um quadro geral a respeito do atual estágio de desenvolvimento do enfoque agroecológico na empresa e indica algumas linhas de pesquisa para que o paradigma agroecológico seja aprofundado e exercitado na instituição.

## **POLÍTICA nacional de assistência técnica e extensão rural.**

Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA; Secretaria da Agricultura Familiar-SAF; Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural-DATER, 2004. 22p.

Apresenta as diretrizes da nova política nacional de ATER do governo federal. Inicia com um breve resgate da trajetória dos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural no Brasil. Em suas orientações conceituais e metodológicas, a política propõe uma ruptura com a teoria da difusão das inovações e com os pacotes tecnológicos propugnados na Revolução Verde. No lugar dessas referências teóricas, propõe a adoção de processos de construção de conhecimentos mediados por dinâmicas participativas voltadas para a inovação local segundo o enfoque agroecológico. Trata-se de uma referência indispensável para o entendimento da evolução recente dos debates sobre os serviços públicos de extensão rural.



## **REGENERATING agriculture: policies and practice for sustainability and self-reliance.**

PRETTY, Jules N. London: Earthscan Publications, 1995. tab. 320p.

Com base em evidências empíricas, detalhadamente sistematizadas, de mais de 50 projetos e programas conduzidos em 28 países, o autor identifica elementos

comuns presentes nas experiências bem sucedidas de promoção da agricultura sustentável e sugere meios para replicá-las. Simultaneamente, apresenta um conjunto de exemplos concretos de políticas públicas alternativas, que foram implementadas em vários países, com o objetivo de aumentar a escala social e geográfica das práticas de agricultura sustentável.

# Páginas na internet

[www.condraf.org.br](http://www.condraf.org.br)



O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura familiar é um órgão de articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas no que diz respeito ao desenvolvimento rural sustentável, à reforma agrária e à agricultura familiar. Possui documentos sobre os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de cada uma das regiões do país. Oferece acesso às atas de reuniões e resoluções do CONDRAF. Disponibiliza galeria de fotos, notas e artigos sobre o tema.

[www.mma.gov.br/  
index.cfm?id\\_estrutura=65](http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=65)



O Departamento de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável, ligado ao Ministério de Meio Ambiente, tem por objetivo promover a formulação e gestão de políticas públicas, assim como a execução de ações e projetos voltados para o desenvolvimento sustentável de populações tradicionais, quilombolas, indígenas e produtores familiares, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, respeitando as especificidades sócio-culturais dessas populações. A página possui *links* com informações das diversas ações implementadas nessa área. Oferece acesso ao usuário sobre o andamento de projetos e subprogramas ligados ao agroextrativismo na região amazônica.

[www.deser.org.br](http://www.deser.org.br)



O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais é uma organização não-governamental que congrega diversos sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos populares do campo, associações de produtores, pastorais ligadas à Igreja e entidades de assessoria dos três estados da região sul do Brasil. O Deser nasceu da demanda de diferentes organizações sociais do campo pela sistematização de informações, elaboração e difusão de análises e estudos e produção de pesquisas e assessorias que avancem na implementação de políticas que melhorem as condições de vida e trabalho da agricultura familiar da região. A página traz uma síntese da história da organização, boletins informativos, biblioteca virtual, publicações e links de acesso para outras páginas ligadas à agricultura.

[www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)



O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural é um projeto de cooperação técnica vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Promove estudos e pesquisas com a intenção de avaliar e aperfeiçoar políticas públicas voltadas à agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. O site traz informações atualizadas sobre estudos e pesquisas, políticas de desenvolvimento rural, entrevistas, experiências, acompanhamento de processos legislativos, cobertura de eventos, além de dicas e sugestões de textos para fomentar o debate sobre o mundo rural.

# II Encontro Nacional de Agroecologia

**Data:** 02 a 06 de junho de 2006

**Local:** Recife-PE

O II ENA é um evento organizado pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Será um espaço de intercâmbio entre representantes de experiências de agroecologia, envolvendo produtores e produtoras rurais, movimentos sociais, organizações não-governamentais, redes estaduais e regionais de agroecologia, pesquisadores, estudantes, entre outros. Será um momento de reflexão visando à proposição de políticas públicas favorecedoras da agroecologia e da produção de base familiar.

São objetivos do II ENA:

**1)** Fortalecer os processos de construção do campo agroecológico e da ANA como sua expressão organizada, tendo em vista:

- Favorecer a intensificação das trocas de experiência, intercâmbios e aprendizado mútuo entre os praticantes da agroecologia no plano nacional.
- Buscar novos consensos em torno dos princípios orientadores de um projeto alternativo para o mundo rural brasileiro.

**2)** Definir estratégias para a construção de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento, face ao projeto hegemônico do agronegócio, fundado na grande propriedade e no capital agroindustrial e financeiro.

**3)** Discutir estratégias para a elaboração de políticas públicas, a partir do fortalecimento dos movimentos sociais e da experiência acumulada pelo campo agroecológico em programas de desenvolvimento local, nos diferentes contextos sócio-ambientais do país.

O II ENA vem sendo preparado em todas as regiões do país, a partir da realização de um conjunto de atividades de âmbitos microrregional, estadual, regional e nacional. Os participantes do evento deverão necessariamente estar vinculados a experiências concretas de promoção da agroecologia e estar envolvidos nas atividades preparatórias em seus estados e regiões. Para mais informações sobre a ANA, sobre o evento e seu processo preparatório, visite o site [www.agroecologia.org.br](http://www.agroecologia.org.br).

## Divulgue suas experiências nas revistas Leisa

Convidamos pessoas e organizações do campo agroecológico brasileiro a divulgarem suas experiências na *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia* (edição brasileira da revista Leisa), na *Leisa* latino-americana (editada no Peru) e na *Leisa* global (editada na Holanda).

## Próximo número (v. 3, nº 2)

**Tema: Sistematização: aprendizado a partir das práticas**

No dia-a-dia, comumente, somos levados pela diversidade e intensidade de nossas tarefas. Com isso, pouco nos dedicamos à reflexão sobre os rumos de nossos trabalhos. Deixamos de valorizar nossas próprias experiências como importantes fontes de aprendizado. Aprender com elas apresenta-se como grande desafio para que possamos qualificar, pouco a pouco, a nossa atuação.

Olhar analítica e criticamente para o vivido e experimentado é um exercício constante de monitoramento e avaliação das atividades, necessário para o aprimoramento de qualquer projeto. As sistematizações de práticas concretas de instituições, grupos informais, famílias ou mesmo indivíduos têm sido cada vez mais empregadas para auxiliar processos de aprendizado coletivo com base em troca de conhecimentos em intercâmbios e interações

em redes locais e regionais voltadas para a promoção da agroecologia. Esses processos de aprendizado têm-se mostrado, ademais, como condição importante para o aprimoramento de capacidades coletivas nos planos técnico, metodológico e político.

Essas sistematizações têm sido realizadas de inúmeras formas e exploram as experiências por distintos ângulos e em diferentes profundidades. O próximo número da *revista Agriculturas* será dedicado a essa diversidade de práticas metodológicas de sistematização e seus usos efetivos em programas e projetos dedicados ao desenvolvimento agroecológico.

**Data-limite para envio dos artigos:**

01 de junho (Revista Agriculturas)

## Instruções para a elaboração dos artigos

1. Os artigos deverão descrever e analisar experiências concretas, procurando extrair delas ensinamentos que possam servir de inspiração para outros grupos envolvidos com a promoção da Agroecologia. Solicita-se que os artigos não sejam elaborados em formato de relatório institucional.
2. Os artigos devem ter uma extensão de 1, 2 ou 3 laudas de 2.100 toques (30 linhas x 70 toques por linha). Artigos que extrapolem essas dimensões não serão analisados.
3. Os artigos deverão vir acompanhados de duas ou três ilustrações (fotos, desenhos, gráficos), com indicação dos seus autores (fotógrafo, artista gráfico etc) e com as respectivas legendas. Todo material gráfico será devolvido aos autores(as) após a edição da Revista. Se o material gráfico for enviado em formato digital, solicitamos que os arquivos estejam com extensão JPEG de, no mínimo, 350
4. A citação de nomes comuns de plantas e/ou animais deve vir acompanhada do respectivo nome científico. Siglas devem vir acompanhadas de seu significado.
5. Caso julgue necessário, o editor da revista poderá propor uma edição do artigo ou uma solicitação de informações complementares aos autores(as). Quaisquer alterações propostas serão submetidas à aprovação dos autores(as) antes da publicação.
6. Os autores(as) deverão informar seu endereço (postal e/ou eletrônico) de forma a facilitar eventuais contatos diretos de leitores interessados em conhecer mais a respeito das experiências apresentadas.
7. As citações bibliográficas não deverão exceder ao número de 4 (quatro).
8. Os editores se reservam o direito de decidir pela publicação ou não do artigo enviado.